



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Ilha Solteira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PROINF DO TERRITÓRIO ANDRADINA (SP), A
PARTIR DA PERSPECTIVA DE DIFERENTES ATORES**

RODRIGO ANSELMO TARSITANO

**Ilha Solteira - SP
Fevereiro de 2012**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Ilha Solteira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PROINF DO TERRITÓRIO ANDRADINA (SP), A
PARTIR DA PERSPECTIVA DE DIFERENTES ATORES**

RODRIGO ANSELMO TARSITANO

Engenheiro Agrônomo

Orientador: Prof. Dr. ANTONIO LÁZARO SANT’ANA

Dissertação apresentada à Faculdade de
Engenharia - UNESP – Campus de Ilha Solteira,
para obtenção do título de Mestre em
Agronomia.

Especialidade: Sistemas de Produção

Ilha Solteira - SP
Fevereiro de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação da UNESP - Ilha Solteira.

T193a	Tarsitano, Rodrigo Anselmo. Avaliação dos Projetos Proinf do Território Andradina (SP), a partir da perspectiva de diferentes atores / Rodrigo Anselmo Tarsitano. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2012 80 f. : il. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Especialidade: Sistemas de Produção, 2012 Orientador: Antonio Lázaro Santana Inclui bibliografia 1. Desenvolvimento territorial. 2. Território rural. 3. Desenvolvimento rural. 4. Políticas públicas - Zona rural. 5. Projetos de investimento. 6. Extensão rural.
-------	--



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE ILHA SOLTEIRA
FACULDADE DE ENGENHARIA DE ILHA SOLTEIRA

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Avaliação dos projetos Proinf do Território de Andradina (SP), a partir da perspectiva de diferentes sujeitos.

AUTOR: RODRIGO ANSELMO TARSITANO

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT'ANA

Aprovado como sendo, sem exigências, para obtenção do Título de MESTRE EM AGRONOMIA, Área: SISTEMAS DE PRODUÇÃO, pela Comissão Examinadora;

Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT'ANA
Departamento de Engenharia Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira

Prof. Dr. OSMAR DE CARVALHO BUENO
Departamento de Ciência e Tecnologia Agroindustrial / Faculdade de Ciências Agrômicas de Botucatu

Prof. Dr. RICARDO ALESSANDRO PETINARI
Conselho Integrado de Planejamento e Gestão / Universidade Estadual de Campinas

Data da realização: 24 de fevereiro de 2012.

Dedico

*A Maria Clara Garcia Tarsitano, manifestação de Deus em
minha vida, inocência e alegria do presente e esperança do
amanhã.*

OFEREÇO

Aos meus irmãos Daniel e Fernanda e a minha esposa

Raffaela

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, pela saúde e pela vocação de ser um engenheiro agrônomo. Obrigada Senhor por ter me possibilitado a realização desse sonho que é o de contribuir para a melhoria das condições de produção e de vida dos agricultores.

A meus pais Cidinha e Fernando por servirem de exemplo tanto pessoal como profissional, pelos valores passados e por terem propiciado minha formação nesse ofício escolhido.

Aos meus avós Horácio, Nancy e Carmem e aos meus tios Wilma, Sandra e Miguel pelo apoio incondicional.

A minha esposa Raffaella pelo incentivo, apoio e principalmente pela compreensão nos momentos em que estive ausente em busca dessa conquista.

Ao professor Dr. Antônio Lázaro Sant'Ana, amigo e orientador dessa pesquisa, por compartilhar comigo seu conhecimento, entender minhas limitações e me ensinar, dia a dia, que a formação de um profissional deve ser feita alicerçada em estudo, ética e humildade.

Aos membros da banca examinadora Prof. Dr. Osmar de Carvalho Bueno e ao Dr. Ricardo Alessandro Petinari, pelas valiosas sugestões e contribuições apresentadas ao trabalho.

Ao Prof. Carlos Augusto Moraes e Araujo (Cory), que muito além de meu coordenador é meu amigo, por ter acreditado em mim e me fortalecido nesta conquista e pela oportunidade de ter atuado no Território Andradina.

À UNESP Campus de Ilha Solteira, ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia, pela oportunidade de retornar aos estudos e atualizar conhecimentos, e aos seus funcionários pela dedicação e atenção.

A todos os docentes, que durante o curso, contribuíram para minha formação científica e profissional.

A todos os funcionários da biblioteca que me receberam com muita disposição, pela colaboração, de forma especial a João Josué e Sandra.

Aos colegas de curso pela amizade e pelo agradável convívio.

Aos integrantes do Território Andradina, tanto os produtores rurais como os representantes das organizações que compõem o Codeter, pela disponibilidade e boa vontade em contribuir com suas opiniões.

À ex-articuladora Estadual do Território Andradina (SP), Doraci Cabanilha de Souza e à ex-Articuladora Territorial, Ana Cláudia Simões Pilla, que disponibilizaram seu tempo e

compartilharam toda sua vasta experiência e conhecimentos, imprescindíveis para a realização desta pesquisa e, sobretudo, pelo desprendimento e absoluta boa vontade em contribuir para a construção deste trabalho de pesquisa sobre esta experiência de desenvolvimento territorial no estado de São Paulo.

Por fim, a todos os técnicos das instituições Proponentes dos Projetos e aos produtores rurais do Território Andradina que se prontificaram a participar da pesquisa, pela atenção fornecendo os dados necessários e por dividir suas experiências de vida comigo. Essa foi, sem dúvida, a base que me possibilitou escrever e acreditar nessa pesquisa.

Espero que os resultados aqui expressos possam contribuir para o desenvolvimento territorial, assim como de base para novas empreitadas de pesquisa nesta área.

RESUMO

A abordagem territorial das políticas públicas no Brasil é recente, iniciada em 2003 no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do MDA. No Brasil foram criados 164 territórios, dos quais 5 no Estado de São Paulo e dentre estes o Território Rural Andradina. Este trabalho objetivou levantar e analisar os Projetos financiados nos municípios que compõem o Território Andradina com recursos do Proinf, entre os anos de 2004 e 2011. Neste período foi elaborado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território e aprovados 19 projetos para investimentos, somando quase dois milhões em recursos do Proinf. A grande maioria dos projetos manteve um caráter mais setorial, relacionado à pecuária leiteira, e com abrangência espacial limitada a um ou dois assentamentos rurais de um único município. Para que os projetos apresentados tenham maior abrangência territorial e institucional, e realmente contribuam para desenvolvimento territorial é necessário, além da ampliação dos recursos, uma maior articulação entre as instituições participantes.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Território rural. Políticas públicas. Projetos de investimento.

ABSTRACT

The territorial approach of public policy in Brazil is recent, initiated in 2003 in the ambit of the Clerkship of Territorial Development (SDT), of MDA. In Brazil, 164 territories were created, which 5 of them are located in the state of São Paulo and 1 of these 5 is the Rural Territory Andradina. This work aimed to analyze the financed Projects in the municipal districts that compose Andradina's territory with Proinf resources between 2004 and 2011. In this period, a Territorial Plan of Sustainable Rural Development was elaborated and 19 projects were approved for investments, totaling almost 2 million in Proinf resources. The majority of the projects maintained a more sectorial character and it is related to dairy cattle, spatial extend limited to one ore two rural settlements in a city. Besides resources increase, it was also considered important the greater coordination between participating institutions, so that the presented projects may have greater institutional and territorial coverage and really contribute to territorial development.

Keywords: Rural development. Rural territory. Public politics. Projects for investments.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Localização dos 164 Territórios distribuídos no Brasil.....	24
FIGURA 2 -	Fluxograma das propostas técnicas apresentadas.....	31
FIGURA 3 -	Localização dos 5 Territórios Rurais no Estado de São Paulo	34
FIGURA 4 -	Limites territoriais dos 11 municípios que fazem parte do Território Andradina (SP) e indicação de sua localização no Estado de São Paulo	36
FIGURA 5 -	Tanque de resfriamento do leite do Município de Mirandópolis	68
FIGURA 6 -	Tanque de resfriamento com leite do Município de Mirandópolis	68
FIGURA 7 -	Produtor fazendo o teste de acidez do seu leite antes de colocar nos tanques de resfriamento do Município de Mirandópolis	69
FIGURA 8 -	Máquina de Beneficiamento do Município de Mirandópolis.....	69
FIGURA 9 -	Limões antes do processo de beneficiamento.....	70
FIGURA 10 -	Limões após o processo de beneficiamento	70
FIGURA 11 -	Goiabas Beneficiadas	71
FIGURA 12 -	Goiabas para indústria	71
FIGURA 13 -	Reunião no Assentamento Santa Maria da Lagoa para vistoria dos tanques pelos técnicos do MDA/SDT, Município de Ilha Solteira.....	72
FIGURA 14 -	Tanques de resfriamento no Assentamento Santa Maria da Lagoa, Município de Ilha Solteira.....	72
FIGURA 15 -	Acompanhamento dos projetos da Etec, Município de Andradina	73
FIGURA 16 -	Reunião na COAPAR em Andradina para acompanhar o projeto do Município de Ilha Solteira elaborado por ela	73
FIGURA 17 -	Acompanhamento do projeto da prefeitura de Murutinga do Sul	74
FIGURA 18 -	Reunião com o pessoal do Assentamento Orlando Molina em Murutinga do Sul.....	74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estágio de execução da obra dos projetos no Estado de São Paulo de 2004 a 2010.....	32
TABELA 2 - Ano, número e valor dos projetos de custeio e investimentos no Estado de São Paulo	32
TABELA 3 - Assentamentos rurais por município pertencente ao Território Andradina – SP, até set. 2009	39
TABELA 4 - Estratificação fundiária do Território Andradina – SP	41
TABELA 5 - Uso e ocupação do solo do Território Andradina – SP.....	41
TABELA 6 - Projetos Proinf aprovados no Território Andradina – SP	47

LISTA DE SIGLAS

APHM	Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Mirandópolis
APTA	Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CESP	Companhia Energética do Estado de São Paulo
CEETEPS	Centro Educacional Estadual “Paula Souza”
CEF	Caixa Econômica Federal
CIAT	Comissão de Instalação de Ações Territoriais
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento científico e Tecnológico
COAPAR	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
DFDA	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
ECONG	ONG Ambientalista do Município de Castilho
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
FAF/SINTRAF	Federação da Agricultura Familiar
FETAESP	Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Sem - Terras
OGU	Orçamento Geral da União
ONGs	Organizações Não - Governamentais
PAIS	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PPA	Programa Pluri Anual
PROINF	Pronaf Infraestrutura

PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UPAS	Unidades de Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIAL NO BRASIL	15
2.1	Desenvolvimento rural e a abordagem territorial.....	15
2.2	Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.....	18
2.3	Breve Histórico e características da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).....	20
3	METODOLOGIA	25
4	CARACTERÍSTICAS GERAIS E OS DADOS DO PROGRAMA PROINF NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	28
5	HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO ANDRADINA.....	34
5.1	Os Territórios no Estado de São Paulo e o Território de Andradina.....	34
5.2	Breve Histórico do Território Andradina – SP	36
5.3	Caracterização do Território Andradina – SP	40
5.4	A Criação do Território Andradina – SP.....	42
6	AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PROINF NO TERRITÓRIO ANDRADINA	46
6.1	Características gerais dos Projetos Proinf aprovados no Território Andradina	46
6.2	Os projetos Proinf na visão dos atores sociais do Território Andradina	49
6.3	Os projetos Proinf na visão das Articuladoras Estadual e do Território Andradina	59
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS	65
	ILUSTRAÇÃO DA PESQUISA.....	68
	APÊNDICES.....	75

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a abordagem territorial das políticas públicas é relativamente recente, sendo um marco importante a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, instituído em 2003. Este Programa foi inspirado nas políticas territoriais implementadas na Europa a partir do Programa “Leader”, que buscava atender áreas menos desenvolvidas. No âmbito das políticas públicas atuais no Brasil, território rural é definido como um espaço geograficamente determinado, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições (MDA/SDT, 2011a).

A abordagem territorial do desenvolvimento rural coloca ênfase nos laços diretos e localizados entre atores sociais, como base para um conjunto de transformações político-culturais e econômicas que podem resultar em modificação substantiva na maneira como os indivíduos e os grupos usam os recursos de que dispõem e criam novas oportunidades de interação. Nesta perspectiva, torna-se fundamental estudar não só a composição social das organizações de desenvolvimento territorial, mas, sobretudo, seus mecanismos de incentivo, ou seja, a maneira como influem nos comportamentos dos atores cuja interação social compõe o território (ABRAMOVAY, 2005).

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (BRASIL, 2011a), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), define que seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário. A execução das ações da referida Secretaria é realizada na forma de apoio a projetos apresentados por órgãos governamentais e organizações da sociedade civil nos Estados e nos Territórios, com base em um processo de levantamento das demandas e priorização das propostas, de acordo com os recursos orçamentários disponíveis e as metas do planejamento interno da SDT, distribuídos regionalmente.

A SDT/MDA tem preconizado que cada Território, a partir de sua organização interna, estabeleça sua própria dinâmica para o desenvolvimento, por meio da elaboração de um projeto negociado entre os atores presentes visando a coletividade, ou seja, que beneficie um conjunto de atores/grupos sociais, se possível com abrangência em mais de um município. Dá-se o nome de governança a este processo ou dinâmica.

Com o objetivo de contribuir para os estudos territoriais, que ainda são poucos e aproveitando a disposição de cooperação e aproximação entre a Unesp e os técnicos do Território Andradina, localizado a oeste do Estado de São Paulo, esta pesquisa visou levantar e avaliar os Projetos Proinf aprovados nos municípios pertencentes ao referido Território. A problemática que originou esta pesquisa surgiu a partir de questionamentos sobre o volume de recursos que estão sendo obtidos, o alcance das propostas e a participação dos proponentes na viabilização dos projetos. Pode-se afirmar que as ações ligadas aos projetos têm proporcionado o desenvolvimento do Território?

2 DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITORIAL NO BRASIL

2.1 Desenvolvimento rural e a abordagem territorial

A questão do desenvolvimento é um tema polêmico em diversas áreas do conhecimento. Veiga (2005) afirma que as diversas concepções de desenvolvimento podem, de forma resumida, ser enquadradas em três linhas teóricas diferentes. A primeira trata o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, pois basta considerar a evolução de indicadores bem tradicionais, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto *per capita*, para avaliar se está ocorrendo desenvolvimento. A segunda considera que o desenvolvimento não passa de reles ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica; desta forma os adeptos desta posição ficam isentos de discutir o enigma do “desenvolvimento sustentável”, pois este não passaria de uma nova roupagem da quimera original. O autor assinala também que essas duas correntes, a do crescimento e a da ilusão, preferem a expressão “desenvolvimento econômico” em vez da fórmula sintética, e mais correta, “desenvolvimento”, pois no fundo pensam que são simples sinônimos.

A terceira corrente teórica é composta por pensadores que buscam explicar que o desenvolvimento nada tem de quimérico e nem pode ser amesquinhado como crescimento econômico (VEIGA, 2005). Esta posição ganhou força com o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, e obteve maior consistência com a noção de Sen (2000) de que o desenvolvimento teria que ser pensado como liberdade, ou seja, só poderia ocorrer se fossem garantidos a todas as pessoas os seus direitos individuais, como o direito ao trabalho, a uma renda digna e abrangendo também as questões culturais e sociais.

Para Panzutti (2011, p. 13):

[...] a adoção de território como espaço de análises é uma alternativa possível no sentido de superar as polaridades limitantes rural-urbano, cidade campo, espaço-território. Além disso, proporciona a inserção do global no local e vice e versa; considerando entre outros aspectos, a inclusão social e a segurança alimentar igualmente importantes ao desenvolvimento econômico.

No caso da agricultura, a noção de desenvolvimento como modernização buscou justificar o processo conhecido como Revolução Verde. De acordo com Almeida (1998) sob a ação conjugada do Estado, das indústrias agroalimentares, de máquinas e de agroquímicos e de uma camada de agricultores denominados “empresariais”, o “setor” agrícola se insere cada vez mais no sistema econômico, aumentando a produção e produtividade, comprando insumos e máquinas e vendendo a produção à indústria. Visava-se transformar a agricultura, “setor” ideologicamente considerado “arcaico” e tradicional, em setor “moderno”, de modo que este participasse do crescimento econômico nacional. O desenvolvimento agrícola e rural seria um instrumento desta mutação

Os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. [...] Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado *único*, que leva do atrasado ao moderno, tendo portanto uma concepção linear (ALMEIDA, 1998, p. 40).

Para Leal (2010) quem não estaria favorável a um desenvolvimento voltado a melhoria de renda, de qualidade de vida e da satisfação das necessidades básicas? Mas as políticas públicas criadas para o meio rural brasileiro, com o suposto objetivo do desenvolvimento de uma população com muitas diferenças sociais e econômicas, acabam não atendendo a todos da mesma maneira, o que leva a um desenvolvimento de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

A modernização agropecuária brasileira, baseada na Revolução Verde, embora tenha aumentado a produção e produtividade de determinadas culturas (aquelas dirigidas majoritariamente à exportação e aquelas que eram insumos agroindustriais), causaram impactos ambientais e sociais gravíssimos, como a destruição massiva da vegetação natural, processos erosivos do solo, assoreamento dos rios, ampliação geométrica das pragas e doenças das plantas e dos animais, exclusão de produtores familiares e consequente êxodo rural de milhões de pessoas (GRAZIANO DA SILVA 1982; HESPANHOL, 1996).

Estes fatos contribuíram para que a análise sobre o desenvolvimento rural e suas articulações externas fosse retomada no Brasil, pois é necessário compreender a diversidade de rotas que segue o processo de desenvolvimento e as raízes sociais, econômicas e culturais que explicam essa diversidade. A reflexão sobre as características do desenvolvimento rural e suas articulações exteriores deve ser precedida pelo entendimento do que é o desenvolvimento

e, também, um posicionamento sobre o sentido de se pensar este processo em termos de um marco espacial e territorial (SCHNEIDER, 2004).

As diferentes perspectivas analíticas que tratam do tema do desenvolvimento rural têm atribuído um significado cada vez mais relevante ao enfoque territorial.

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. (SCHNEIDER, 2004, p. 12).

Cazella et al. (2009) também entendem que em relação à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática, inovadora e privilegiada para renovar a concepção do desenvolvimento rural. No entanto, apesar da adoção generalizada do conceito, em sua visão, persistem dificuldades dos acadêmicos, dos profissionais do setor e dos próprios gestores de políticas públicas na definição rigorosa do conceito de território e, conseqüentemente, dos instrumentos de intervenção pública.

No Brasil, a abordagem territorial tem despertado rápido interesse, especialmente no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas, haja vista a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e uma significativa simpatia de outros órgãos governamentais em torno das potencialidades normativas desta nova abordagem (SCHNEIDER, 2004).

Para Abramovay (2003) o desafio de uma visão de desenvolvimento territorial consiste em dotar as populações, que vivem nas áreas rurais, das prerrogativas necessárias para que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

2.2 Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil

Desde meados do século passado, vários planos que objetivavam a superação do subdesenvolvimento no Brasil foram concebidos para estimular a industrialização nos grandes centros urbanos e depois a suposta industrialização do campo, como foi o modelo da modernização agropecuária brasileira, baseada nos pressupostos da revolução verde.

Para Abramovay (2003) a baixa densidade demográfica, a maior ou menor distância de grandes centros urbanos e a relação com a natureza não são suficientes para explicar o atraso em que se encontra a maior parte da população rural, mas sim as instituições que estimulam a migração como meio para reduzir a pobreza. Antes de fortalecer o capital social

dos territórios ou de promover o crescimento de alguma atividade econômica é preciso construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural, de tal forma que uma visão territorial de desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou a sociedade.

Segundo Senra (2007) as políticas de desenvolvimento deveriam ter um componente regional “com base no princípio de que o mercado não pode ser o único determinante do ordenamento territorial, porque promove concentração econômica e, dessa forma, acirra as desigualdades sociais”. A redução das desigualdades econômicas entre regiões é considerada um dos objetivos desta política por meio da qual o governo federal deve considerar a rica diversidade regional, articular uma convergência das prioridades de gastos da União, estados e municípios, fortalecer os arranjos produtivos locais, promover uma profunda reformulação dos instrumentos de atuação regional e desconcentrar as bases científicas e tecnológicas, entre outras medidas.

Em consonância com esta orientação do Plano Plurianual (PPA) 2003/2006, o governo federal formulou uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, que reconheceu a desigualdade existente em todo o território nacional, utilizando a escala microrregional. A PNDR “trabalha a diversidade como um ativo essencial do modelo de desenvolvimento o que remete às políticas que tenham como eixo a estruturação de iniciativas inovadoras desde a base territorial do País, contando com o engajamento das forças sociais e políticas das regiões.”. A PNDR propõe apoiar fóruns, colegiados, pactos e outras formas de organização da sociedade, de estados e municípios como forma de construir planos e projetos com uma visão de futuro compartilhada. Propõe uma abordagem do território nacional considerando múltiplas escalas territoriais e aponta as mesorregiões como escala prioritária (SENRA, 2007).

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Pronat foi criado com o objetivo de promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia. Tem como eixos estratégicos a gestão social dos territórios, o fortalecimento do capital social, a dinamização das economias territoriais e a articulação interinstitucional (MDA/SDT, 2011a).

De acordo com o MDA/SDT (2011a), as articulações interinstitucionais a partir do território permitem integrar horizontalmente programas públicos com foco na realidade territorial e, paulatinamente, rearticulá-los e recriá-los a partir de novos arranjos institucionais – fóruns, comitês, conselhos, consórcios, comissões e oficinas de desenvolvimento –, com autonomia, representatividade e legitimidade. Permitiria também uma verticalização de baixo para cima, rompendo as visões normalmente predominantes nas políticas públicas, que

tendem a desconsiderar as diversidades locais e regionais. Resulta deste processo um conjunto de institucionalidades que representam uma nova concepção de desenvolvimento que possui como características privilegiar as ações e potencialidades do local (autógeno), descentralizado, diversificado e sustentável. A articulação de políticas públicas seria, portanto, o maior desafio a ser vencido pela proposta do desenvolvimento territorial, pois ela se mostra necessária em todos os níveis de poder, sendo que, para alguns, as articulações podem significar mudanças importantes na correlação de forças e nas dinâmicas tradicionais dos espaços de poder (MDA/SDT, 2011a).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial o território é a unidade que melhor representa os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um instrumento crucial para o estabelecimento de iniciativas direcionadas para o desenvolvimento (MDA/SDT, 2011a).

Para a criação da SDT justificou-se que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil não foram suficientes para diminuir a pobreza e as desigualdades regionais. O enfoque territorial no desenvolvimento rural sustentável é uma visão integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, que visa estimular e favorecer a coesão social e territorial das regiões e dos países onde é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento e de desenvolvimento das sociedades nacionais (MDA/IICA, 2003).

Leal (2010), no entanto, considera que a apropriação do conceito de território por parte do MDA/SDT como uma ferramenta de gestão e planejamento, não revela o real significado do que venha a ser um território, com relações conflitivas e de disputas de poder. Destaca também a necessidade de se alterar o modo de elaboração das políticas públicas como o PRONAT, além de considerar que os recursos são insuficientes, aplicados de forma não integrada, havendo a necessidade de se fortalecer as relações entre sociedade civil e as instituições que atuam pelo e no território, para que ocorra efetivamente um desenvolvimento territorial sustentável.

O desenvolvimento territorial deve-se apoiar na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de certa região. O município enquanto uma unidade administrativa pode não conseguir gerir a rede de relações necessárias ao desenvolvimento territorial. A interação dinâmica entre diferentes setores de um território extrapola os limites de um município. Portanto, redes territoriais têm alcançado sucesso na

criação de novos mercados quando conseguem colocar em destaque capacidades regionais “territorializadas” (ABRAMOVAY, 2003).

Como esta política pública está se estruturando no Território de Andradina e em que medida os projetos propostos contemplam as interações necessárias para o desenvolvimento do Território será objeto de discussão no Capítulo 3.

2.3 Breve Histórico e características da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA do Brasil, criou em 2003 a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com a missão de “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA/SDT, 2005). Esta Secretaria foi criada devido a reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais. A idéia é “pensar o desenvolvimento rural não somente a partir da produção agropecuária, mas também considerando a articulação da demanda/oferta de outros serviços públicos” (MDA/SDT, 2005).

De acordo com Abramovay (2005) a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial teve a ambição de superar um dos mais graves problemas das políticas de desenvolvimento rural, tal como foram concebidas e implantadas durante a segunda década dos anos 1990 no Brasil: o municipalismo e, em muitos casos, o “prefeituralismo”. Recursos passaram a ser transferidos a grupos de municípios caracterizados como territórios, o que, em princípio deve ter melhorado o alcance e os efeitos das transferências de recursos, até então excessivamente pulverizados pelo horizonte excessivamente estreito de sua atribuição (ABRAMOVAY, 2005).

Desde então, a SDT busca identificar e estimular a consolidação de territórios rurais, formados por municípios agrupados a partir de critérios de proximidade geográfica e coesão social e da predominância de elementos rurais, como baixa densidade demográfica e pequena população. Entre os critérios utilizados pela SDT para estabelecer os Territórios Rurais estão: presença de municípios com até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes/km² na área do território; concentração expressiva de agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, famílias acampadas, o que caracteriza maior intensidade de demanda social; presença de

municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Leal (2010) considera que é a partir do ano de 2003 que o conceito de território passa a ser adotado pelo governo federal como diretriz de políticas públicas, possibilitando que municípios rurais disponham de recursos financeiros para investir em melhores infraestruturas e serviços.

Em termos organizativos a SDT possui dois Departamentos, o de Gestão de Desenvolvimento Territorial e o de Dinamização Econômica e Cooperativismo. Também é composta de quatro Coordenações: de Associativismo e Cooperativismo, de Órgãos Colegiados, de Planejamento Territorial e de Infraestrutura e Serviços.

De acordo com Favareto (2010), a política de desenvolvimento territorial foca sua atuação em quatro áreas de resultado, a saber: i) fortalecimento da gestão social, que visa a instituição de espaços de discussão, evoluindo para arranjos institucionais onde são debatidos temas ligados ao desenvolvimento territorial e a gestão do PTDRS, entre outros; ii) fortalecimento das redes sociais de cooperação, vista como um instrumento de otimização das iniciativas coletivas já formadas ou em formação nos territórios que consolidam os grupos sociais e reafirmam identidades e interesses comuns; iii) dinamização econômica dos territórios rurais, que busca articular os elos existentes para a construção de uma visão integrada de desenvolvimento produtivo, enfatizando a melhoria na qualidade de vida e agregação de valor aos produtos locais, inclusive em atividades não agrícolas; e, iv) articulação de políticas públicas, que visa promover a integração horizontal de programas públicos com foco na realidade territorial.

O colegiado territorial (também denominado Fórum ou Conselho) é uma institucionalidade que reúne representantes do poder público e da sociedade civil atuantes no território, com o objetivo de ampliar a participação social, a representação das organizações que compõem o território e a articulação necessária para a gestão social das políticas públicas¹. Seu principal instrumento na condução e operacionalização da estratégia de desenvolvimento territorial se expressa nos eixos e projetos estratégicos que compõem o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Espera-se que esses eixos estratégicos, de caráter abrangente, sejam a fonte das demandas específicas que irão se transformar em propostas técnicas visando o uso dos recursos do Proinf. A outra parte dos recursos necessários para a consecução desses projetos estratégicos deverá ser captada de

¹ Documentos Orientações e Resoluções n. 48 e 52 do Condraf, disponível no site www.mda.gov.br/condraf.

outras fontes de recursos como outros órgãos do Governo Federal, o orçamento dos Estados e municípios, agentes financeiros e outros (SDT, 2011a).

O Colegiado Territorial é normalmente composto por 1) Plenária – instância máxima de deliberação; 2) Núcleo Dirigente – instância gerencial e diretiva; 3) Núcleo técnico – instância de apoio técnico ao colegiado territorial e; 4) Câmaras Temáticas ou Comitês Setoriais – que discutem temas pertinentes a realidade territorial, como Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), soberania alimentar, agroecologia, comercialização, entre outros, ou reúnem segmentos específicos - quilombolas, mulheres, jovens, indígenas, pescadores artesanais, extrativistas, populações ribeirinhas, populações e povos tradicionais - articulados nos territórios (SDT, 2011a).

A SDT, por meio de entidades parceiras, disponibiliza aos colegiados territoriais, assessoramento técnico para que possam contribuir para a gestão social do desenvolvimento territorial.

No Brasil foram reconhecidos 164 territórios (Figura 1) nas 27 unidades da Federação, distribuídos em 2.500 municípios, ocupando 5.046.045,50 hectares, ou seja, 58,49% da área total. A população rural nos territórios é de 15.923.286, representando 56,02% da população rural no Brasil. Dos 164 territórios, 120 constituem em Territórios da Cidadania², considerados prioritários, com o envolvimento de maior número de ministérios e para os quais até 2010 eram destinados maior volume de recursos (SDT, 2011a).

² Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais>).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada no Território Andradina por fazer parte da área de investigação do Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar na Região Oeste do Estado de São Paulo” (Cadastrado no CNPq), que estuda temas relativos ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar e por ser um território constituído há sete anos (Território Noroeste Paulista, embora também esteja situado na área de interesse do Grupo de Pesquisa, é mais recente), o que permite analisar os resultados de projetos com um tempo maior de implantação. Além disso, o pesquisador durante o período da pesquisa (2011/12) atuava como assessor técnico do Território, o que lhe permitiu ter conhecimentos além daqueles sistematizados e documentados sobre os projetos Proinf aprovados.

Para responder a questão se as ações ligadas aos projetos têm proporcionado o desenvolvimento do Território de Andradina, inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica sobre desenvolvimento rural e territorial no Brasil, e sobre políticas públicas relativas ao tema, particularmente o Proinf. Foram coletados dados censitários da região (Território Andradina) com base em publicações da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo/Instituto de Economia Agrícola, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e, particularmente, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Também foi realizado um levantamento de dados dos projetos aprovados pelo Proinf no Território Andradina e seus respectivos valores no período de 2004 a 2011, visando realizar uma análise inicial a partir dos documentos disponíveis no Codeter. Foram examinados 19 projetos aprovados no Território de Andradina.

A seguir, partiu-se para a obtenção de dados primários de campo, com aplicação de questionários, visando atender às necessidades específicas da pesquisa. Os questionários devem descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. Neste caso foi utilizado o questionário com perguntas abertas, em que o pesquisador não está interessado em antecipar as respostas, deseja maior elaboração das opiniões dos entrevistados, com o claro propósito de possibilitar que o entrevistado possa abordar os temas com maior

liberdade. Também foram elaboradas algumas perguntas fechadas, que facilitam a coleta de informações específicas e/ou quantitativas que destinam-se à tabulação. Em Richardson (1999), são discutidas as vantagens e desvantagens das perguntas abertas e fechadas e as vantagens e limitações do uso do questionário.

Nesta pesquisa foram aplicados questionários por meio do contato direto (presencial) e indireto, via internet (e-mail). Para as ex-articuladoras³ do Território de Andradina os questionários foram enviados por e-mail, devido à distância em elas se encontravam; para os proponentes, executores e beneficiários dos projetos foram utilizados as duas formas de contato.

Para poder entender e avaliar melhor os projetos Proinf, foram entrevistados todos os proponentes dos 19 projetos aprovados. Foram elaboradas 10 questões abertas e também foi permitido que o entrevistado abordasse outras questões ou fizessem comentários que julgasse pertinentes. As perguntas abordaram temas como os critérios para a escolha dos projetos Proinf submetidos à aprovação do Colegiado do Território de Andradina; quem elaborou os projetos para o Proinf; qual(is) é(são) a(s) entidade(s) executora(s)/ beneficiária(s) de cada projeto; número de famílias/assentamentos e municípios beneficiados; a situação atual de cada um dos projetos aprovados; a avaliação do entrevistado sobre os resultados obtidos e sobre o processo de seleção e aprovação dos projetos Proinf dos Territórios Rurais, entre outras (Apêndice A).

Para as Instituições executoras/beneficiárias dos projetos foram realizadas também 10 questões que tinham como objetivo verificar na visão destes atores sobre o Território Andradina. Dentre outras questões relevantes, os entrevistados foram questionados sobre o papel desempenhado pela Instituição Proponente de cada projeto; a situação atual de cada um dos projetos aprovados; a forma como é realizada/organizada a utilização do bem (bens); quais os principais resultados obtidos e as dificuldades encontradas; e, dentre os projetos aprovados e executados, quais foram as melhorias para os beneficiários. Também realizada uma pergunta específica em que avaliavam o funcionamento do Colegiado e o processo de seleção e aprovação dos projetos Proinf no Território (Apêndice B)

Foram elaboradas 10 questões para o roteiro aplicado à ex-articuladora do Território Andradina, que coordenou o trabalho desde o início em 2004 até 2010. As perguntas envolveram as atividades realizadas enquanto articuladora, a avaliação que tinha da abrangência dos projetos Proinf aprovados e sobre o funcionamento e as decisões tomadas

³ Articuladora do Território tem a função de assessorar metodológica, técnica e operacionalmente o Colegiado Territorial. O nome de Articulador, a partir de 2010, foi mudado para Assessor Técnico do Território.

pelo Colegiado do Território Andradina, até os pontos fortes e fracos e as prioridades futuras do Território Andradina (Apêndice C).

Para obter informações sobre como a Articuladora Estadual avalia os projetos Proinf do Território Andradina foram elaboradas 12 perguntas envolvendo, entre outros aspectos, os critérios utilizados para a escolha dos municípios pertencentes ao Território Andradina; quais as principais atividades já desenvolvidas; como e quando foi criado o Proinf; as diferenças entre o Pronaf-Infraestrutura e o Proinf; como foram iniciadas as atividades no Território Andradina; se os projetos aprovados trouxeram benefícios ao território e aos assentados, especificamente; e quais as metas futuras da Secretaria de Desenvolvimento Rural/MDA para os territórios rurais, como o de Andradina (Apêndice D)

Para seleção das Instituições executoras/beneficiárias que fizeram parte da pesquisa foram contatados os membros do Colegiado e os Proponentes dos projetos. Os dados foram coletados em 2011 e 2012 a partir da aplicação de questionários e da realização de entrevistas.

Com os questionários em mãos foi necessário organizar as respostas obtidas com os diferentes atores para realização das análises, de modo a se obter uma avaliação mais ampla, da possível contribuição dos projetos para o desenvolvimento territorial da região.

4 CARACTERÍSTICAS GERAIS E OS DADOS DO PROGRAMA PROINF NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no Brasil é quem conduz os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário, importante instrumento de incentivo à produção, investimentos e comercialização. A política recente de crédito rural brasileira, que não é objeto deste trabalho, já foi analisada por vários autores, como Hespanhol (2007) e Schneider et al. (2004), que mostraram suas limitações, especialmente, de não beneficiar adequadamente os segmentos mais pobres dentre os agricultores familiares.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi regulamentado em 1996, em consequência das reivindicações de agricultores familiares. O objetivo desta política era fornecer recursos financeiros para que os produtores familiares pudessem investir e produzir com recursos do crédito rural, a fim de minimizar as desigualdades sociais e econômicas (LEAL, 2011).

O Programa, inicialmente gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), passou para o Ministério de Desenvolvimento Rural (MDA) quando este foi criado. Em 2003, o MDA com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) elaborou o documento “Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável” que serviu de base para a formulação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais- Pronat (LEAL, 2011).

O Governo Federal, por meio da SDT/MDA, inicia, então, em 2003, a construção de uma política de promoção do desenvolvimento dos territórios rurais, fundamentada no Pronat. Este Programa apóia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ações conjuntas entre municípios, territórios, estados, União e instituições sem fins lucrativos, na forma de investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais e beneficiários do MDA

que estão inseridos nos territórios. Estimula o fortalecimento das organizações sociais locais e a articulação de recursos de diversas fontes e origens que já estejam disponibilizados ou que podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento dos territórios.

A partir de então, o Programa Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais passa a se chamar Proinf (Ação Orçamentária Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços) e a fazer parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). O Proinf constituiu-se numa modalidade de financiamento do governo federal com recursos não-reembolsáveis advindos do Orçamento Geral da União (OGU), cuja finalidade é financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de cada território.

A Articuladora Estadual assim comenta o processo de criação do Proinf:

A origem do Proinf veio junto com Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), criado em 1996. Naquela época o Pronaf infraestrutura e serviços eram uma das linhas do PRONAF. Era a linha de financiamento de infraestrutura aos municípios, mediante a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR). Esses planos também tinham que ser elaborados por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). A partir de 2003, com o Governo Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi fortalecido com a criação de mais duas secretarias (pois no início existia apenas a SAF) como a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Com isto o Pronaf infraestrutura e serviços, enquanto financiamento municipal (e restrito a poucos municípios) deixou de existir. Esta linha foi transformada no Apoio a Infraestrutura e Serviços Territoriais (Proinf) que passou a ser uma das ações do Programa de Apoio aos Territórios Rurais (Pronat) (informação verbal)⁴.

Ela relatou também que o Proinf (já na concepção da abordagem territorial e discutida com o colegiado territorial) foi iniciado em 2005. Mas desde 2003 já havia financiamento para municípios do Território pelo Pronaf infraestrutura, mas naquela época eram escolhidos municípios com mais baixo IDH.

A SDT considera fundamental assegurar a coerência entre os eixos e projetos estratégicos definidos nos PTDRS e as propostas técnicas encaminhadas para financiamento do Proinf. Estas propostas devem potencializar a identidade territorial, a gestão social e a força da agricultura familiar nos territórios rurais e de cidadania (MDA/SDT, 2011b).

As propostas técnicas podem ser apoiadas com recursos para investimentos em obras, máquinas, equipamentos e outros bens necessários para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como, recursos para custeio que permitem fortalecer os processos de

⁴ Informação apresentada pela Articuladora Estadual em entrevista realizada em 2012 para o autor desta pesquisa.

organização e de capacitação dos grupos de beneficiários, organizações e demais agentes de desenvolvimento territorial. Segundo a natureza da despesa, poderão ser firmados contratos de repasse ou convênios com os seguintes perfis de proponentes para utilização de recursos do Proinf:

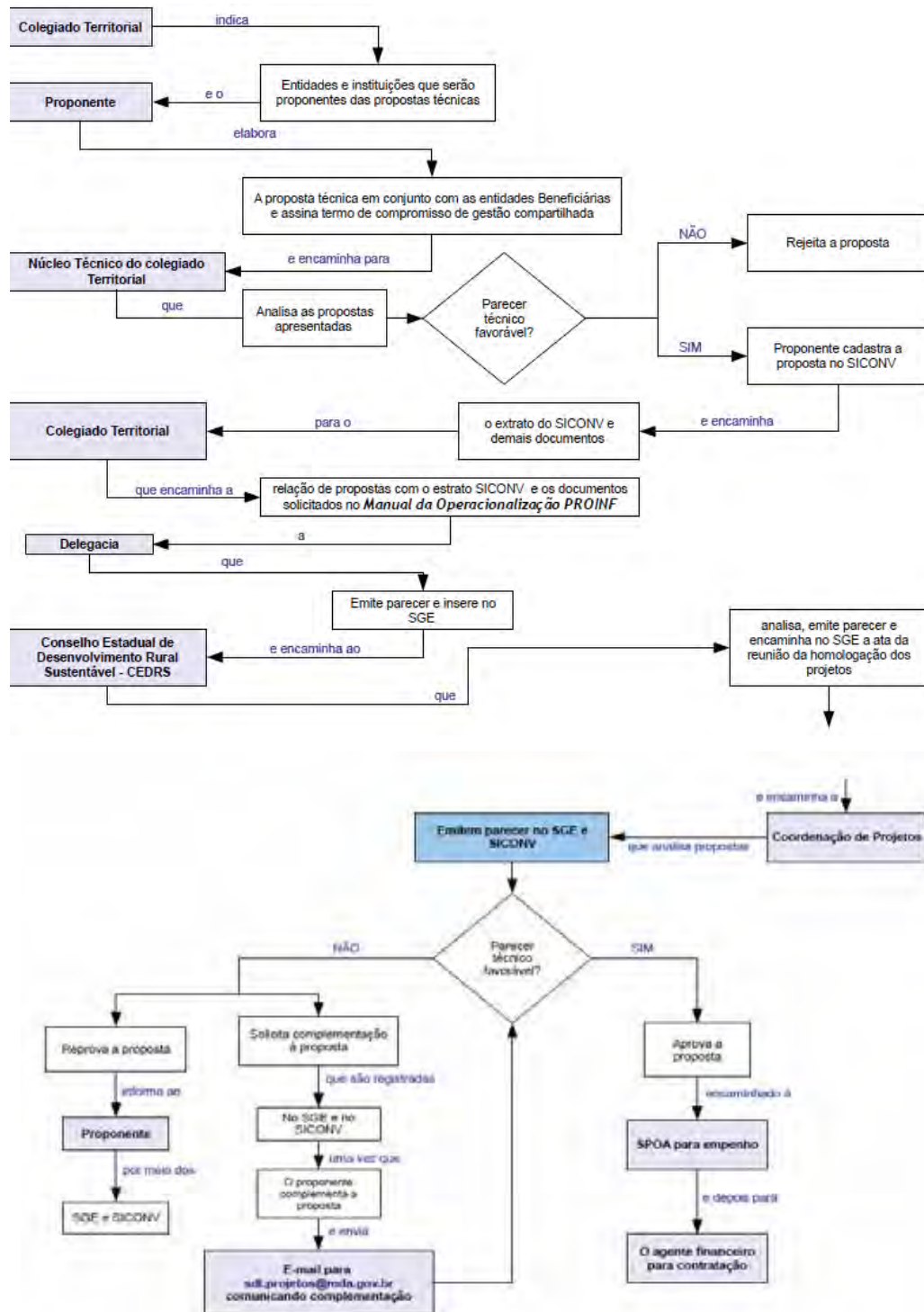
- a) Investimento: instituições públicas de âmbito federal, estadual ou municipal,
- b) Custeio: instituições públicas de âmbito federal, estadual e municipal e instituições privadas sem fins lucrativos.

As propostas para serem financiadas pelo Proinf passam por diversas instâncias de análise e recomendação desde o território até a aprovação pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. O Colegiado Territorial é o principal espaço de negociação e priorização das propostas técnicas a serem financiadas com recursos do Proinf. A Figura 2 apresenta um fluxograma sintético desse processo.

Um aspecto contraditório é que apesar da SDT preconizar o envolvimento mais amplo possível do território na elaboração dos projetos, estes necessariamente precisam de ter como proponente uma única instituição pública, sendo que nos pequenos municípios a Prefeitura acaba sendo quase sempre a única alternativa.

No Manual de Operacionalização do Proinf 2011 elaborado pelo MDA/SDT verifica-se que a ação orçamentária de apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (Proinf) vem sendo executada desde 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em parceria com os colegiados territoriais, que são os responsáveis por definir os eixos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável dos territórios, bem como por priorizar os projetos que atendam as demandas de investimento e custeio que possam contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios. As orientações para sua execução são disponibilizadas anualmente para os colegiados territoriais e dependem das necessidades de cada Território, conforme definido no seu PTDRS (MDA/SDT, 2011b).

Figura 2 - Fluxograma das propostas técnicas apresentadas para solicitação de recursos do Proinf.



Fonte: Brasil (2011b).

No período de 2004 a 2010 foram aprovados, para serem executados nos cinco territórios do Estado de São Paulo, 143 projetos, totalizando R\$27.477.797,89 (Tabela 1).

Tabela 1 - Estágio de execução da obra dos projetos Proinf no Estado de São Paulo de 2004 a 2010.

Tipo	Número	Valor (R\$)
NÃO INICIADA	35	13.202.653,57
CONCLUIDA	80	8.943.247,00
ATRASADA	10	2.467.057,76
NORMAL	11	2.305.675,12
PARALISADA	6	353.164,44
OBRA INICIADA SEM MEDIÇÃO	1	206.000,00
Total	143	27.477.797,89

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Sistema de Gestão Estratégica (2011).

Do total de projetos, 112 destinaram-se a investimentos e 31 a custeio, enquanto em termos de recursos disponibilizados no período, R\$ 14.919.910,19 (54,3% do total) foram para investimentos e R\$ 12.557.887,70 (45,7% do total) para custeio (Tabela 2).

Tabela 2 - Ano, Quantidade e valor dos projetos Proinf de custeio e investimentos no Estado de São Paulo.

Ano	CUSTEIO		INVESTIMENTO	
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
2004	8	786.775,30	10	1.755.301,11
2005	6	603.688,01	17	1.408.818,35
2006	4	888.896,80	18	2.184.567,43
2007	4	932.756,00	26	2.750.733,12
2008	2	833.987,00	9	1.644.035,03
2009	3	4.194.690,00	15	2.377.823,35
2010	4	4.317.094,59	17	2.798.631,80
Total	31	12.557.887,70	112	14.919.910,19

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Sistema de Gestão Estratégica (2011).

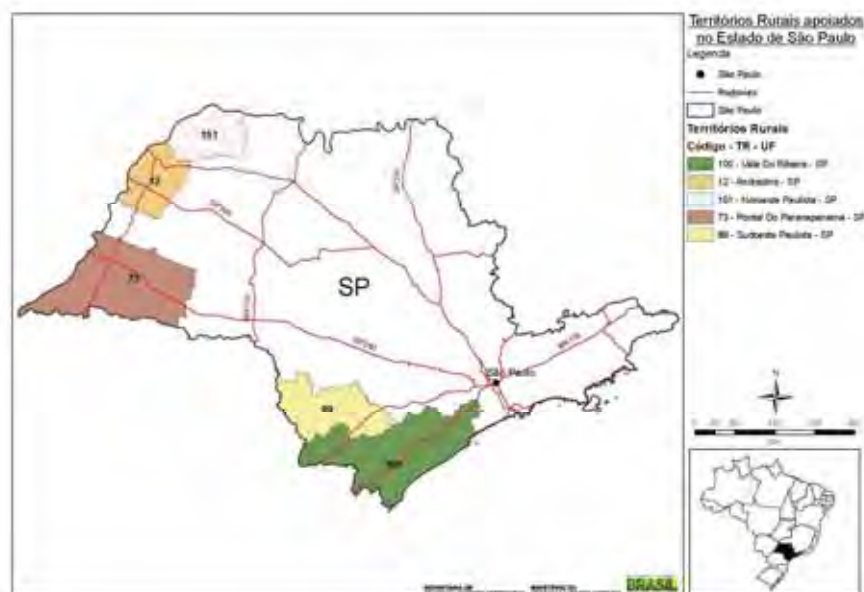
Com relação à execução dos projetos, 56% constavam no Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT como concluídos, 24,5% como não iniciados, 15% em andamento e 4,2% paralisados (Tabela 2) (SDT, 2011b).

5 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO ANDRADINA

5.1 Os Territórios no Estado de São Paulo e o Território de Andradina

Dentre os 164 territórios constituídos no Brasil, há no Estado de São Paulo cinco territórios (Figura 3): Andradina (11 municípios), Noroeste Paulista (36 municípios), Pontal do Paranapanema (32 municípios), Sudoeste Paulista (15 municípios) e Vale do Ribeira (15 municípios) (SDT, 2011a), (Figura 3). Estes três últimos foram elevados à categoria de Territórios da Cidadania, o que lhes garante maior volume de recursos e, em tese, maior articulação interinstitucional. Andradina e Noroeste Paulista permaneceram como Territórios Rurais ou de Identidade.

Figura 3 - Localização dos 5 Territórios Rurais no Estado de São Paulo.



Fonte: Secretaria Desenvolvimento Territorial (2009a).

Na regionalização realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1990, o Estado de São Paulo foi dividido em 15 Mesorregiões e 60 Microrregiões Geográficas⁵. A Microrregião de Andradina é constituída por 11 municípios: Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci e Suzanópolis. Na nova territorialização realizada pela SDT/MDA fazem parte do Território Andradina os 11 municípios definidos pelo IBGE na Microrregião de Andradina. (Figura 4).

O Estado de São Paulo possui outras formas de divisão Territorial, 15 Regiões Administrativas e os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR)⁶ da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (FRANCISCO et al., 1997), além de que o principal programa da CATI, dirigido à conservação dos recursos naturais, adota como unidade de análise e intervenção as microbacias hidrográficas.

A Região Administrativa de Araçatuba engloba os EDRs de Araçatuba, Andradina e General Salgado, totalizando 43 municípios. O EDR de Andradina compreende 13 municípios: Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Mirandópolis, Muritinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Suzanópolis e Valparaíso. Do Território Andradina fazem parte 10 municípios deste EDR, sendo que os municípios de Lavínia, Bento de Abreu e Valparaíso não pertence ao território. O décimo-primeiro município do Território é Sud Menucci que pertence ao EDR de General Salgado (SDT, 2009b).

A Articuladora do Estadual do Programa afirma que os limites do Território Andradina foram definidos com base em consultas prévias as diversas instituições ligadas ao desenvolvimento rural e movimentos sociais rurais. Sobre a questão dos critérios utilizados para a escolha dos municípios pertencentes ao Território Andradina explica que se deu a partir de consulta aos diversos gestores públicos e representantes de movimentos sociais da agricultura familiar (MST, FAF, FETAESP associações e cooperativas de base), de instituições de ATER e Desenvolvimento Agrário (Incra, Itesp, CATI), prefeituras municipais, universidades (Unesp Ilha Solteira), ONGs etc.

Em relação as atividades desenvolvidas no Território Andradina a Articuladora Estadual comenta:

⁵ http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm

⁶ O detalhamento das divisões pode ser encontrada em: <http://www.cati.sp.gov.br>.

A principal atividade foi constituir uma institucionalidade local denominada primeiramente Comissão de Instalações Territoriais e posteriormente Colegiado de Desenvolvimento Territorial. Esta institucionalidade tem representação paritária entre instituições do poder público e da sociedade civil. Ao longo desses anos diversas ações de formação para os atores territoriais foram realizadas, enfocando a metodologia da abordagem territorial do desenvolvimento, a gestão social de políticas públicas. Também foram elaborados em conjunto com o Colegiado territorial estudos propositivos para o desenvolvimento, estudos de cadeias produtivas, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). De acordo com os estudos propositivos e com o PTDRS foram disponibilizados recursos anualmente para projetos específicos através da linha de financiamento não reembolsável que é o Apoio à Infraestrutura e Serviços (PROINF) (informação verbal)⁷.

Ao seguir os limites equivalentes a microrregião, há a vantagem de contar com uma base de dados do IBGE que abrange um período relativamente longo e, portanto, observar as tendências das últimas décadas. Por outro lado é difícil afirmar que esta divisão expressa os laços de identidade Territorial reconhecidos pelos atores sociais.

Figura 4 - Limites territoriais dos 11 municípios que fazem parte do Território Andradina (SP) e indicação de sua localização no Estado de São Paulo.



Fonte: Secretaria Desenvolvimento Territorial (2009a).

⁷ Informação apresentada pela Articuladora Estadual em entrevista realizada em 2012 para o autor desta pesquisa.

5.2 Breve Histórico do Território Andradina - SP

Um marco da ocupação da região que hoje corresponde ao Território de Andradina foi a implantação da Colônia Militar de Itapura, em 1850, que além da importância estratégica militar, tinha por objetivos o cumprimento da função naval, agrícola e de comunicação, que se estendeu até o final do século XIX. Mas foi a partir da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil que a ocupação desta região do estado de São Paulo ganhou maior dinamismo. A região de Andradina demorou um pouco mais para ser ocupada, sendo que a maioria dos municípios foram criados depois da década de 1940 com a implantação da Variante da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (HESPANHOL, 1996).

Com o crescimento da exploração cafeeira e da bovinocultura no Estado, esta região também se destacou com terras de pastagens e lavouras. O município de Pereira Barreto na década de 1940 foi grande produtor de algodão com a colonização japonesa interessada nesta cultura. Nas décadas de 50 e 60 tanto os latifúndios (mais de 1000 ha) como os minifúndios (menos de 20 ha) se expandem muito nesta região. A partir desta última década e da seguinte (70) ocorre redução das áreas com lavouras e aumenta áreas com pastagens, a derrubada das matas nativas também se intensifica, reduzindo a área em quase dois terços do total. Na década de 80, enquanto os municípios de Andradina, Pereira Barreto e Itapura apresentavam mais de 80% da área total com pastagens, Castilho, Mirandópolis e Guaraçai concentravam quase 60% da área ocupada com lavouras temporárias (HESPANHOL, 1996).

Este autor também destaca a construção de usinas hidrelétricas nesta região, com a inundação de ilhas às margens dos Rios Paraná, Tietê, São João dos Dourados, que resultou na retirada de ribeirinhos de seu local de origem e de pequenos produtores rurais, criando uma situação de conflito. A partir de 1985, o Incra, em parceria com a CESP, iniciou alguns procedimentos administrativos para promover uma política de assentamento rural em Andradina.

Paralelamente ao crescimento de extensas áreas com pastagens ocorre também a criação de alguns assentamentos rurais na região por meio da ação do Incra, sendo que em 1998 totalizavam 7 assentamentos rurais.

A cultura da cana-de-açúcar ganha destaque na região de Andradina a partir de 2001, se intensificando em 2004 quando passa a ser a principal atividade em termos de valor da produção, em substituição à pecuária de corte.

Nessa região, a pecuária de corte representava cerca de 40% do valor da produção agropecuária total até 2004, a partir de então a cultura da cana-de-açúcar alcança a primeira

posição e, em 2010, já representava 63,32% do valor da produção agropecuária total (IEA, 2011; TSUNECHIRO et al., 2011).

No início do século XX também ocorre a expansão do número de assentamentos rurais, graças aos movimentos sociais que se intensificaram nesta época na região, ocupando áreas consideradas improdutivas que foram vistoriadas por técnicos do Itesp, em convênio com o Incra. Ao todo foram, até 2009, criados 34 assentamentos federais (além das áreas de assentamento e reassentamentos da Cesp), distribuídos nos 11 municípios que fazem parte do Território de Andradina, como se observa na Tabela 3 (INCRA, 2010). O maior número de projetos implantados encontra-se em Castilho (10), enquanto Suzanápolis possui apenas um assentamento.

Tabela 3 - Assentamentos rurais por município pertencente ao Território Andradina
– SP, até set. 2009

Municípios	Nome	Nº de famílias	Início	Área total (ha)
Andradina	PA Primavera	280	Jun/81	9.595,10
	PA Timboré	176	set/92	3.364,71
	PA Belo Monte	74	nov/98	1.588,31
	PA Wilson Gandolf (Arizona)	46	Jun/06	638,10
	PA Timborózinho	44	Set/09	770,1
Castilho	PA Rio Paraná	92	set/90	2.208,66
	PA Anhumas	70	dez/01	1.350,26
	PA Terra Livre	41	ago/03	628,32
	PA São Joaquim	45	ago/03	606,19
	PA N. S. Aparecida II	73	dez/04	976,45
	PA Celso Furtado	179	dez/06	2.434,76
	PA Cafeeira	125	out/07	1.968,58
	PA Santa Izabel	68	Set/08	1.033,48
	PA Ipê	75	Jun/09	978,75
	PA Pendengo	245	ago/09	4.139,62
Guaraçai	PA Aroeira	40	set/87	873,32
	PA São José 2	39	fev/88	877,6
	PA Nova Vila	57	jan/05	882,37
	PA Santa Luzia	70	mai/09	1.077,49
Ilha Solteira	PA Estrela da Ilha	209	mar/05	2.984,33
	PA Santa Maria da Lagoa	75	mar/05	1.210,63
Itapura	PA Rosely Nunes	85	mar/05	1.172,66
	PA Cachoeira	65	out/07	972,57
	PA Zumbi dos Palmares	80	dez/08	1.181,80
Mirandópolis	PA Primavera	105	jul/06	1.777,06
	PA São Lucas	68	set/07	1.550,07
Murutinga do Sul	PA Orlando Molina	77	nov/98	1.529,00
	PA Dois irmãos	125	dez/05	1.817,44
	PA Santa Cristina	54	abr/06	986,00
Nova Independência	PA Pousada Alegre	60	ago/05	929,72
Pereira Barreto	PA Esmeralda	85	dez/87	2.082,13
	PA Terra é vida	39	jan/04	513,66
	PA Olga Benário	49	set/08	757,57
Suzanópolis	PA União da Vitória	155	ago/05	2.906,31

Fonte: INCRA, 2010.

5.3 Caracterização do Território Andradina

O Território Andradina foi constituído legalmente em 28/07/2004, e está localizado no Noroeste do Estado de São Paulo, inserido na Região Administrativa de Araçatuba conhecida como “a capital do boi gordo”. Trata-se de região com economia baseada na agropecuária, principalmente pecuária de corte, de leite e cana-de-açúcar, com as poucas indústrias baseadas nestas atividades: frigoríficos, laticínios e indústria do couro. Com cerca de 560 mil habitantes a Região Administrativa de Araçatuba é demograficamente pouco expressiva no Estado, destacando-se Araçatuba e Birigui, localizados fora do Território de Andradina, como os municípios mais populosos (SDT, 2009b).

Segundo o Censo Demográfico 2010 do IBGE, a população total no Território Andradina é de 181.710 habitantes, sendo 160.247 habitantes da área urbana e 21.463 habitantes na área rural.

Para compor os dados da estrutura fundiária e de uso e ocupação do solo do Território Andradina (Tabelas 4 e 5, respectivamente), a partir dos dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), que é realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, foi necessário somar, um a um, os dados de cada município, pois a regionalização desta Secretaria não coincide com os limites do Território Andradina.

Na Tabela 4 está discriminada a estratificação das Unidades de Produção Agropecuária – UPAs⁸ do Território Andradina. Observa-se que a estrutura fundiária é dual, pois se em termos de número de UPAs quase 80% do total possuem até 50 ha, estas ocupam apenas 15% da área total; enquanto 34 UPAs (0,5% do total) ocupam também 15% da área total. O maior número de UPAs se concentra na faixa de 10 a 20 hectares, devido ao grande número de assentamentos rurais presentes no Território (Tabela 4).

Em relação ao uso e ocupação do solo verifica-se, na Tabela 5, que a área com pastagens é predominante, presente em 6.320 UPAs (91,33% do total) e ocupando mais da metade da área total do Território (55%).

⁸ A Unidade Produção Agropecuária (UPA) constitui-se no conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencentes ao(s) mesmo(s) proprietário(s); localizada inteiramente dentro de um mesmo município, inclusive dentro do perímetro urbano.

Tabela 4 - Estratificação fundiária do Território Andradina – SP.

Item	Nº de UPAs	UPAs (%)	Área total (ha)	Área total (%)
Área das UPAs (de 0 a 10] ha	1.422	20,55	7.560,90	1,28
Área das UPAs (de 10 a 20] ha	2.659	38,42	36.872,80	6,24
Área das UPAs (de 20 a 50] ha	1.379	19,93	44.027,60	7,45
Área das UPAs (de 50 a 100] ha	530	7,66	38.350,50	6,49
Área das UPAs (de 100 a 200] ha	372	5,38	52.142,20	8,82
Área das UPAs (de 200 a 500] ha	304	4,39	97.007,70	16,41
Área das UPAs (de 500 a 1.000] ha	140	2,02	97.479,90	16,49
Área das UPAs (de 1.000 a 2000] ha	77	1,11	103.144,60	17,45
Área das UPAs (de 2.000 a 5.000] ha	34	0,49	90.611,00	15,33
Área total	6917	100	591.051,80	100

Fonte: LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, 2007/2008.

Tabela 5 - Uso e ocupação do solo do Território Andradina - SP

ITEM	Nº de UPAs	Total (ha)	Área total (%)
Área com cultura perene	802	6.493,60	1,10
Área com cultura temporária	2.919	199.415,70	33,74
Área com pastagens	6.320	325.782,90	55,12
Área com reflorestamento	291	1.579,00	0,27
Área com vegetação natural	1.346	29.466,00	4,99
Área de brejo e várzea	1.916	18.804,30	3,18
Área de descanso	44	730,80	0,12
Área complementar	6.032	8.779,30	1,49
Área total	6.920	591.051,80	100

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa 2007/2008.

As culturas temporárias, com quase 34% área ocupada, aparecem em seguida. Deve-se destacar que a cana-de-açúcar é considerada como cultura temporária, sendo que somente esta atividade ocupava 172.675,8 ha (86,6% do total de culturas temporárias). Outro aspecto que deve ser destacado na Tabela 5 é a baixa participação de área com vegetação natural, 5%

apenas do total, considerando os 11 municípios do Território de Andradina, percentual menor do que a média estadual que é 11,87%⁹.

5.4 A Criação do Território Andradina - SP

Apesar da data de formação legal do Território de Andradina ser julho de 2004, a primeira reunião para discutir a implantação efetiva do Território foi realizada somente em abril de 2005, no município de Andradina. Participaram do evento de dois dias, realizado no Salão Paroquial da Igreja Católica São Sebastião, representantes de organizações públicas (Cati, Fundação Itesp, Apta, Unesp-Ilha Solteira, Incra, Escola Agrícola Sebastiana Augusta de Moraes/Ceeteps,) e de organizações da sociedade civil, especialmente as dos agricultores familiares (Fetaesp, FAF/Sintraf, MST, lideranças de diversas associações e cooperativas de produtores rurais assentados) sob a coordenação de Maria Judith Gomes (Delegacia Federal do MDA em São Paulo), da Articuladora Estadual do Pronat para o Estado de São Paulo, Dorací Cabanilha de Souza, sob a mediação de Diogo de Marco, da Plural Cooperativa. Como resultado destes dois dias de trabalho foi constituída uma Comissão de Instalação de Ações Territoriais (CIAT) que tinha inicialmente a função de organizar o Território para a instalação do Colegiado, mas que acabou exercendo, até 2011, as funções próprias de um Colegiado. Além disso, foi constituído o Núcleo Dirigente (ND), o Núcleo Técnico (NT), reunindo representantes do poder público e da sociedade civil atuantes no território.

Como entidade gestora da CIAT foi definida a Econg (ONG ambientalista do município de Castilho). As discussões dirigiram-se à composição do grupo, contratação do articulador regional e elaboração dos projetos de Pronaf Infraestrutura, além da elaboração de um Estudo Propositivo para o Território, o que foi efetuado pela consultoria Plural (SDT, 2009b).

A CIAT tinha baixa participação de órgãos públicos, principalmente das prefeituras, havendo frequência maior dos órgãos relacionados à assistência técnica como Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em relação às instituições não governamentais participaram com maior frequência e destaque: a Cooperativa de produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a FAF/Sintraf

⁹ Os dados completos podem ser encontrados em:
<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado/DadosEstaduais.pdf>

(Federação da Agricultura Familiar), o MST por meio de sua Cooperativa Central (CCA), a Econg (ONG ambientalista do município de Castilho), a Fetaesp e o Sindicato Trabalhadores Rurais de Mirandópolis (SDT, 2009b).

À respeito da participação das entidades no CIAT/Colegiado Territorial, a ex-articuladora considera que:

[...] o Colegiado do Território passou por vários estágios, teve um período em que a participação era satisfatória, as instituições encaminhavam seus representantes e efetivamente eles participavam da maioria das reuniões. Em outro momento, outras instituições passaram a fazer parte do Colegiado e algumas que faziam parte desde o início deixaram de participar. O que foi comum em todos os momentos é que nem todas as instituições que compunham o Colegiado encaminhavam representantes com poder de decisão, principalmente as prefeituras, que normalmente encaminhavam técnicos das Casas de Agricultura, que sempre participavam, mas diante da necessidade de tomada de decisões não podiam responder pelo Executivo. Situações desse tipo comprometeram o ideal funcionamento do Colegiado enquanto instância de negociação. (informação verbal)¹⁰.

Hespanhol (2008) considera que o escopo das instituições/atores participantes dos territórios rurais, compostos pelos segmentos ligados à agricultura familiar, movimentos sociais, trabalhadores rurais e algumas instituições públicas, acaba por limitar o caráter territorial da política pública, na medida em que outros atores-chave presentes no Território não participam. O fato de não participarem, no entanto, não elimina os conflitos existentes no Território e nem inibe suas ações em sentido contrário ao que pretende os colegiados territoriais.

Apesar das dificuldades referidas à baixa participação, à efetiva possibilidade de elaboração e apresentação de projetos a partir do início do ano de 2006 foi um fator que possibilitou a atuação da CIAT, já contando com a presença da Articuladora Territorial, com vistas à implementação dos projetos que viriam a ser aprovados naquele ano. As atribuições da CIAT foram a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, a articulação e a elaboração da agenda de prioridades e respectivos projetos, a articulação e apoio aos arranjos institucionais para elaboração e implantação dos projetos, acompanhamento, monitoramento e avaliação do processo de Desenvolvimento Territorial (SDT, 2009b).

Favareto (2010) considera que o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS representa um documento norteador da aplicação da política de

¹⁰ Informação apresentada pela Ex-Articuladora do Território Andradina em entrevista realizada em 2012 para o autor desta pesquisa.

desenvolvimento territorial que vem sendo implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Trata-se de um instrumento construído coletivamente com os atores territoriais que busca através da elaboração de um diagnóstico participativo e de propostas estratégicas colaborar com o planejamento dos territórios rurais, cooperando consequentemente para o monitoramento e avaliação das ações por parte dos Colegiados Territoriais. Para a implementação dessa política, o MDA estabeleceu parcerias com entidades com o objetivo de desenvolver ações para apoiar o processo de implementação e fortalecimento das ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

Para Favareto (2011a) o PTDRS busca imprimir uma visão sistêmica, sua elaboração é expressa em quatro dimensões, abarcando o conceito de sustentabilidade: i) dimensão ambiental, que busca o manejo adequado dos ecossistemas nos quais se desenvolvem as atividades; ii) dimensão socioeconômica, integrando seres humanos e as dinâmicas econômicas; iii) dimensão sociocultural, valorizando as culturas locais e sua manifestação e, iv) dimensão político-institucional, visando à organização das pessoas que compreendem este processo de forma integrante e ativa.

O primeiro PTDRS do Território Andradina foi redigido inicialmente no ano de 2006, por meio de reuniões e oficinas realizadas no Território, atividade que foi sistematizada por Brancher (2006) e posteriormente o PTDRS foi qualificado por meio de oficinas realizadas no âmbito do próprio Território em 2007. Em 2006, os agentes sociais do Território Andradina elencaram seis eixos prioritários:

- 1) Educação, pesquisa, qualificação profissional e assistência técnica;
- 2) Acesso às políticas públicas de apoio ao crescimento econômico;
- 3) Apoio a atividades agregadoras de renda e adequadas a realidade da agricultura familiar do Território – diversificação da produção;
- 4) Organização da produção, cooperativismo e articulação com o varejo local;
- 5) Melhoria da infra-estrutura básica das comunidades rurais;
- 6) Fortalecimento institucional e de representação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Codeter.

No Território Andradina, em julho de 2011 foi realizada a reestruturação do Colegiado, ainda denominado CIAT. Após a reestruturação o Colegiado passou a ser denominado Codeter (Colegiado de Desenvolvimento Territorial) Andradina e ainda ocorreu a criação de três Câmaras Temáticas. A Comissão Executiva do Codeter Andradina formada por 6 integrantes, sendo 2 do poder público e 4 da sociedade civil; O Núcleo Técnico do

Codeter Andradina formado por 10 integrantes sendo 9 do poder público e 1 da sociedade civil; a Câmara Temática Organização da Produção, Comercialização e Meio Ambiente, formada por 23 integrantes, sendo 11 do poder público e 12 da sociedade civil; a Câmara Temática Mulheres e Jovens, formada por 14 integrantes sendo 6 do poder público e 8 da sociedade civil; e a Câmara Temática Educação, Cultura e Comunicação, formada por 12 integrantes sendo 5 do poder público e 7 da sociedade civil (FAVARETO, 2011b).

Após duas jornadas de qualificação do PTDRS formulado inicialmente em 2006 o Plano foi finalizado na reunião de julho de 2011, com 9 eixos estratégicos prioritários, assim organizados:

- 1) Fortalecimento institucional e de representação do CODETER e das organizações participantes.
- 2) Educação, pesquisa, qualificação profissional e assistência técnica;
- 3) Acesso às políticas públicas de apoio ao crescimento econômico;
- 4) Melhoria nas condições de acesso aos mercados – comercialização;
- 5) Organização da produção e organização social dos produtores;
- 6) Melhoria da infra-estrutura básica das comunidades rurais;
- 7) Apoio e fortalecimento de ações voltadas a preservação de meio ambiente;
- 8) Apoio às organizações e demandas de mulheres, jovens e idosos do território;
- 9) Apoio à atividades agregadoras de renda e adequadas a realidade da agricultura familiar do território – diversificação da produção (FAVARETO, 2011b).

Observa-se que os três eixos acrescentados referem-se ao apoio à comercialização, às ações ligadas a segmentos específicos como mulheres, jovens e idosos e o apoio a ações de preservação ambiental. São aspectos muito importantes e que ampliam a abordagem territorial, mas que não haviam sido incluídos na primeira versão do PTDRS.

6 AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PROINF NO TERRITÓRIO ANDRADINA

6.1 Características gerais dos Projetos Proinf aprovados no Território Andradina

No período de 2004 a 2011 foram aprovados 19 projetos financiados pelo Proinf no Território Andradina, com valores que variaram de R\$8.582,25 a R\$ 235.303,36. O MDA assumiu entre 92% e 73% do valor total dos projetos¹¹ (Tabela 6).

Observa-se que dois terços dos projetos apresentados estão relacionados diretamente com a cadeia leiteira, a maioria com aquisições de tanques de resfriamento de leite e apoio à cadeia produtiva do leite. Outros projetos apresentados foram para abertura de estradas, aquisição de computadores, beneficiamento de frutas (classificador, balcão, embalador, etc.), aquisições de veículos para apoio à comercialização de produtos, dentre outros.

Dos 9 eixos estratégicos definidos no PTDRS, em 2011, os 19 projetos aprovados no Território Andradina contemplam apenas 5 eixos, com forte concentração em um destes. Do total, 14 projetos fazem parte do eixo estratégico “Apoio às atividades agregadoras de renda e adequadas a realidade da agricultura familiar do território – diversificação da produção” que tem como uma das ações apoiar o aprimoramento da produção de leite. Cinco projetos fazem parte do eixo “Melhoria nas condições de acesso aos mercados – comercialização” que tem como ações: fomentar parcerias entre as organizações de agricultores familiares e o comércio varejista do Território por meio de suas entidades representativas; incentivar a criação de cooperativas e agroindústrias de comercialização no âmbito municipal e territorial, com vistas a fortalecer a articulação entre os agricultores e entre as próprias organizações, impulsionando o comércio organizado. Um projeto de Educação no Campo contempla o eixo “Educação, pesquisa, qualificação profissional e assistência técnica”. Outro projeto de aquisições de computadores para associações, contemplou o eixo “Organização da produção e organização

¹¹ Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/proinf>

social dos produtores” e tem como ação apoiar a iniciativas de organização da produção da agricultura familiar, seja por meio de associações, cooperativas, grupos de produção, entre outras formas usualmente utilizadas. E por último um projeto que faz parte do eixo “Melhoria da infra-estrutura básica das comunidades rurais” e tem entre as ações identificar programas de construção e manutenção de estradas rurais capaz de atender os bairros e assentamentos, facilitando o acesso das pessoas e o escoamento da produção.

Tabela 6 - Características dos Projetos Proinf aprovados no Território Andradina – SP, no período de 2004 a 2011.

Ano	Proponente	Objeto	Valor do Projeto (R\$)	Valor MDA (R\$)	Contrap. Inst. Prop.	Situação Obra	Data da Vigência
2004	PM de Castilho	Aquisição tanques resfriamento, equipamento viveiro, cerca elétrica, capacitação, veículo.	145.289,84	130.000,00	15.289,84	Concluída	30/09/2006
	PM de Guaraçai	Abertura de estrada c/ passagem para animais.	44.475,21	38.912,00	5.563,21	Concluída	02/10/2006
2005	CEETPES Andradina	Fortalecimento a produção leiteira	88.956,95	73.980,00	14.976,95	Concluída	30/03/2007
	PM de Ilha Solteira	Aquisição tanque resfriamento, adequação de estrutura de 2 unidades de beneficiamento do leite.	224.993,02	174.000,00	50.993,02	Concluída	18/01/2011
	PM de Mirandópolis	Aquisição de tanques de expansão e resfriamento para granelização do leite.	66.231,88	52.800,00	13.431,88	Concluída	28/12/2007
2006	CEETPES Andradina	Implantação de unidade de produção de leite e apoio a educação no campo.	31.022,19	24.520,00	6.502,19	Concluída	27/06/2008
	PM de Castilho	Aquisição de tanques de expansão e resfriamento para granelização do leite.	105.013,92	93.000,00	12.013,92	Concluída	20/09/2009
	PM de Castilho	Aquisição de computadores.	8.582,25	7.847,00	735,25	Concluída	30/11/2008
	PM Mirandópolis	Aquisição de equipamento de beneficiamento de frutas.	81.407,07	58.950,00	22.457,07	Concluída	20/10/2009

Tabela 6 - Características dos Projetos Proinf aprovados no Território Andradina – SP, no período de 2004 a 2011 (continuação...)

2007	PM de Castilho	Aquisição de um caminhão e 01 tanque isotérmico de 9.000 lts para coleta e transporte de leite	235.303,36	216.000,00	19.303,36	Concluída	20/04/2009
	PM de Castilho	Aquisição de 5 tanques de resfriamento e construção/adequação de abrigos para os mesmos.	125.318,20	115.000,00	10.318,20	Concluída	05/02/2012
	PM Guaraçai	Aquisição de 3 tanques resfriadores e construção/adequações de abrigos para os mesmos.	93.927,26	72.750,00	21.177,26	Concluída	20/10/2010
	PM Nova Independência	Apoio cadeia produtiva do leite.	53.572,38	48.500,00	5.072,38	Concluída	20/07/2009
	PM Pereira Barreto	Apoio cadeia produtiva do leite.	53.979,86	40.000,00	13.979,86	Concluída	30/12/2009
2009	PM Andradina	Fortalecimento da cadeia do leite.	134.834,35	118.800,00	16.034,35	Não iniciada	05/05/2012
	PM de Castilho	Melhoria da comercialização do leite/aquisição tanque resfriadores e construção/adequação de abrigos.	136.162,94	101.000,00	35.162,94	Não iniciada	05/03/2012
	PM de Murutinga do Sul	Fortalecimento da cadeia do leite	125.000,00	122.448,98	2.551,02	Não iniciada	05/04/2012
2010	PM de Pereira Barreto	Aquisição de caminhão	110.000,00	105.000,00	5.000,00	Não iniciada	20/03/2012
2011	PM Nova Independência	Aquisição de 1 veículo utilitário de 4 toneladas	110.000,00	-		Área técnica complementação	-

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Sistema de Gestão Estratégica (2011).

Dentre os 19 projetos aprovados, apenas três contemplaram mais de um eixo estratégico.

Dos 11 municípios que fazem parte do Território Andradina o município de Suzanápolis não aparece na planilha, mas apresentou um projeto que não foi aprovado pelo Colegiado Territorial Andradina. O Município de Itapura apresentou projetos, mas os mesmos, apesar de aprovados e encaminhados pelo Colegiado Territorial Andradina não foram aprovados em nível estadual.

Cabe destacar que embora parte dos eixos estratégicos não conste da 1ª versão do PTDRS de 2006, observa-se que os projetos ficaram muito concentrados em uma das ações de um dos eixos definidos PTDRS, referente ao apoio à cadeia produtiva do leite. Sem desconsiderar a grande importância desta atividade no Território e a necessidade de estruturá-la e agregar valor ao produto, é inegável que os outros eixos estratégicos também são fundamentais para promover o desenvolvimento territorial e, até mesmo, dentro do mesmo eixo, outras ações como a diversificação produtiva e da renda são questões que merecem atenção.

6.2 Os projetos Proinf na visão dos atores sociais do Território Andradina

Ao analisar a Tabela 6 verifica-se que o município de Castilho, por meio da Prefeitura Municipal, apresentou o maior número de projetos aprovados, seis no período de 2004 a 2011, sendo que no ano de 2006 foram apresentados quatro projetos. Destes projetos apresentados pela Prefeitura de Castilho cinco já foram concluídos, sendo quatro projetos ligados à cadeia do leite. Três deles destinados a aquisição de tanques de expansão e resfriamento para granelização do leite e outro para aquisição de um caminhão e um tanque isotérmico de 9.000 lts para coleta e transporte de leite. Os resultados desses projetos são vistos por muitos assentados como modelo para os outros municípios e assentamentos do território pelo seu funcionamento adequado. Outro projeto de 2009 (ainda não iniciado) tem como objetivo melhorar o sistema de comercialização da produção leiteira nos assentamentos rurais, com aquisição de tanques resfriadores de leite e construção ou adequação de abrigos para os mesmos. O projeto não foi iniciado, pois faltou por parte da Prefeitura de Castilho a entrega da última remessa de documentação para a Caixa Econômica Federal.

A Prefeitura de Mirandópolis apresentou dois projetos, um em 2005 denominado “Aquisição de tanques de expansão e resfriamento para granelização do leite” no valor total de R\$ 66.231,88, dos quais R\$ 52.800,00 foram de responsabilidade do MDA, e outro

projeto, em 2006, denominado “Aquisição de equipamento de beneficiamento de frutas, classificador, balcão, transportador mecânico, máquina para embalagem e capacitação” no valor total de R\$ 81.407,07, cabendo à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 22.457,07, sendo que ambos foram concluídos e os bens estão sendo utilizados.

Na entrevista realizada com o representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Mirandópolis e Lavínia – STRML e membro do Colegiado que participou de todo o processo de seleção e aprovação dos projetos, a escolha destes projetos ocorreu em função das demandas da região e foi realizada pela Prefeitura de Mirandópolis em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Mirandópolis e Lavínia (STRML), além da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros de Mirandópolis – APHM. O Projeto de 2005 já chegou a atender uma média de 67 produtores de leite e hoje atende em média 35 produtores. O projeto aprovado em 2006 tem uma demanda anual de 991 produtores de frutas. Tanto o equipamento de beneficiamento, como os 2 tanques de resfriamento ficam no barracão da APHM e, segundo o entrevistado, qualquer produtor do Território ou região pode utilizar os equipamentos, sendo necessário para isso, apenas que o produtor se cadastre na Associação. Para armazenar o leite nos tanques resfriadores é cobrado um valor de R\$ 0,09 por litro de leite e uma taxa de 10% sobre o valor de venda da fruta para utilizar a máquina de beneficiamento.

O entrevistado relatou que foi construído um abrigo para os dois tanques e realizada a manutenção adequada dos mesmos, porém na sua avaliação, há a necessidade de melhorias na gestão dos bens adquiridos. Como avaliação geral dos resultados obtidos este entrevistado relatou que com a aquisição dos tanques houve um aumento da produtividade, qualidade do produto (leite) e da renda dos produtores. Da mesma forma, com a aquisição da máquina de beneficiamento foi possível diminuir os custos, com padronização e melhoria da qualidade da fruta, e principalmente com a conquista de novos mercados, que levaram a um aumento da renda dos produtores.

Os representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mirandópolis, que têm participado das reuniões e plenárias do Colegiado do Território de Andradina, consideram que o processo de seleção e aprovação dos projetos Proinf do Território Andradina foi realizado de forma justa, dentro dos critérios adotados.

Também foram realizadas entrevistas com produtores beneficiados por esses projetos. O Produtor P. F. I. é proprietário da chácara Nossa Senhora de Lurdes no município de Mirandópolis e mora há 18 anos na propriedade (não faz parte de nenhum assentamento), sendo beneficiado pelo projeto “Aquisição de tanques de expansão e resfriamento para

granelização do leite”. Sua propriedade possui 12 hectares e ele conta com 18 matrizes de gado e produz em média 300 litros de leite por dia, e toda sua produção é depositada nos tanques do projeto que ficam na APHM. Este produtor participou da reunião para aquisição dos tanques, mas não tem nenhuma informação do Território Andradina, nem do Proinf. Contudo sabe que a origem dos recursos para aquisição do projeto veio do governo, não sabendo de que forma e como isso foi possível.

Segundo o produtor:

O melhor benefício que a associação tem prestado a minha família foi a aquisição dos tanques, que com isso consegui armazenar meu leite e agregar valor na hora da venda, que antes, sem os tanques, conseguia um valor de mercado mais abaixo (informação verbal)¹².

Este produtor ainda relatou que um dos problemas enfrentados é a falta de controle por parte dos produtores na hora de depositar o leite nos tanques, pois “nem todos testam a qualidade de seu leite e isso pode vir a vir azedar todo o leite do tanque” (P.F.I., MIRANDÓPOLIS). Ele conta que sempre faz o teste do seu leite, antes de depositar no tanque para saber o teor de acidez, no intuito de comprometer toda a produção. Este teste de acidez do leite é feito com ajuda de um reagente chamado Alizarol, disponível para todos.

Outro exemplo é o produtor C. D. ele é morador há 5 anos no Sítio Fartura de propriedade do senhor Y. no município de Mirandópolis (que também não pertence a nenhum assentamento) e se beneficia pelo projeto “Aquisição de equipamento de beneficiamento de frutas”. Ele produz limão em sociedade com o senhor Y. A propriedade possui 16,9 hectares e conta com 2000 pés de limões e 600 pés de poncã. Sua produção de limão é em média 30 caixas de 25kg por dia e na época da poncã ele colhe em média 100 caixas de 25kg por dia.

Este produtor está vinculado a APHM e destaca como benefício a “melhoria na qualidade do produto, consigo preço melhor, e compra direta de adubo da Associação, produtos e até óleo diesel” (C. D., MIRANDÓPOLIS). Ainda relatou que só ficou sabendo do projeto depois da máquina de beneficiamento ter sido adquirida “não tinha informação do Território Andradina, não conhecia o programa Proinf e nem sabia de onde veio o recurso que permitiu a aquisição do projeto” (C. D., MIRANDÓPOLIS).

O produtor destaca:

¹² Informação apresentada pelo P.F.I. em entrevista realizada em 2012 para o autor desta pesquisa.

A organização do bem do projeto é feito de duas formas: quando é para a própria associação ela maquina o limão e se responsabiliza pela venda, ficando com 10% da minha venda. Quando eu vendo pra fora eu agendo para maquinar meu limão e depois eu me encarrego de fazer à venda e nesse caso o comprador que paga a taxa para o maquinário, sendo R\$1,00 por caixa maquinada sem cera e R\$ 1,50 por caixa maquinada com cera. A cera utilizada é a cera de carnaúba e deixa um aspecto brilhoso nos frutos, além de aguentar mais tempo de armazenamento (informação verbal)¹³.

Como benefício que obteve com a utilização da máquina de beneficiamento destaca o aumento pela procura do produto “maquinado” (beneficiado), pois já há compradores que não aceitam produtos sem beneficiamento. Ele comentou ainda que o preço de venda é o mesmo, mas em compensação diminuiu perdas com o produto.

A Prefeitura de Ilha Solteira, segundo o Diretor do Departamento de Agronegócios, apresentou um projeto para aquisição de tanques de resfriamento, adequação da estrutura e capacitação para 2 unidades de beneficiamento de leite, a partir de uma demanda apresentada e de projeto elaborado pela COAPAR - Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo, com sede em Andradina. O valor total do projeto foi de R\$ 224.993,02, sendo que o MDA ficaria responsável pelo pagamento de R\$ 174.000,00 e a Prefeitura de Ilha Solteira por R\$ 50.993,02.

A entidade executora é a Prefeitura, mas segundo o Diretor, esta pretende passar a responsabilidade para a COAPAR. Os beneficiários são os produtores de dois assentamentos, o PA Estrela da Ilha, com 210 lotes/famílias, e o PA Santa Maria da Lagoa, com 75 lotes/famílias, sendo ambos localizados no município de Ilha Solteira. Os tanques foram instalados nas sedes dos assentamentos, pois era o único local que possuía energia trifásica, uma vez que os tanques adquiridos eram trifásicos e com capacidade para 5.000 litros de leite cada um. No entanto, a rede elétrica nos assentamentos é monofásica, sendo necessária a adequação nos abrigos dos tanques. Foram instalados três tanques no Assentamento Estrela da Ilha e dois no Assentamento Santa Maria da Lagoa. Segundo o Diretor os tanques já apresentaram problemas na hora da instalação precisando de reparos. Apenas um tanque, no Assentamento Santa Maria da Lagoa, está sendo utilizado, recebendo leite, e isto só foi possível porque a Coapar mandou um técnico para fazer a manutenção do mesmo e colocá-lo em funcionamento. Os outros não estão funcionando, segundo o Diretor do Departamento de Agronegócios da Prefeitura de Ilha Solteira, devido “à falta de leite para ser depositado nos tanques”. O entrevistado avalia que não houve resultado positivo: “o Colegiado está presente

¹³ Informação apresentada pelo C.D. em entrevista realizada em 2012 para o autor desta pesquisa.

há tantos anos, mas até hoje não vi nada realizado e não sei avaliar o processo de seleção e aprovação dos projetos Proinf dos Territórios Rurais, pois não participa das reuniões do Colegiado” (DIRETOR DO DEPART. DE AGRONEGÓCIOS DA PREFEITURA DE ILHA SOLTEIRA), declarando que nunca foi convidado.

Com relação a esses projetos, foi realizada uma vistoria pelos técnicos do MDA. Após se reunirem com os produtores, verificaram que os tanques não estão funcionando desde a sua implantação por apresentarem problemas técnicos. Como a Caixa Econômica Federal em sua avaliação verificou alterações no projeto inicial, não aprovou a liberação dos recursos e a Prefeitura já tinha adquirido os tanques resfriadores. Muito embora conste como concluído na planilha da SGT/SGE, este projeto ainda continua em discussão. Foi verificado na vistoria que os tanques não se encontravam em uso por vários motivos, dentre os quais destacamos: problema ligado à energia, enquanto nos assentamentos a energia é monofásica, os tanques são trifásicos; a não construção de abrigos para os tanques, pois os mesmos se encontram instalados nas sedes dos dois assentamentos, único local que apresentava energia com possibilidade de adequá-la ao sistema trifásico. Além disso, o local de instalação dos tanques é de difícil acesso para os caminhões coletores de leite. A Prefeitura de Ilha Solteira se comprometeu em construir os abrigos para os tanques em área de fácil acesso e em locais determinados pelos produtores dos Assentamentos, além de fazer a troca da instalação da energia elétrica para bom funcionamento dos mesmos. Mas até o momento (fevereiro de 2012) a situação ainda não tinha sido regularizada.

Andradina apresentou três projetos, constituindo-se no município que teve maior participação de Instituições diferentes, dois apresentados pela Escola Estadual CEETEPS (em 2005 e 2006) e um pela Prefeitura Municipal em 2009. O projeto apresentado em 2005 pela CEETEPS – Etec “Sebastiana Augusta de Moraes” de Andradina, “Fortalecimento da produção leiteira da agricultura familiar” foi desenvolvido sem problemas. O projeto de 2006, “Implantação de unidade de produção de leite e apoio à educação no campo”, mesmo constando como concluído apresentou dificuldades durante a execução. Constatou-se que parte dos problemas ocorreu devido ao furto das matrizes que a escola sofreu em abril de 2010, comprometendo também as atividades do Projeto, pois parte das matrizes furtadas tinham sido adquiridas com recursos do Projeto. Dentro das atividades de monitoramento e acompanhamento dos projetos implantados, um plano de providências foi proposto ao Projeto desenvolvido pela CEETEPS de Andradina. Entre as deliberações acordadas destaca-se a realização de atividades de divulgação de conhecimentos por meio de palestras e dias-de-campo pelos docentes e alunos da Escola direcionadas aos agricultores familiares do

Território. Dois professores da Escola Agrícola, coordenadores do projeto e que também participam do Colegiado, como membros do Núcleo Técnico, informaram que o plantel do projeto financiado pelo MDA/Proinf, que havia sido prejudicado em decorrência do furto de cabeças de gado, já foi regularizado por meio da doação de duas fêmeas. Ainda segundo os representantes da Escola Técnica, já foram selecionadas as famílias que receberão a doação dos animais. Segundo o Professor Lauro Komuro, no dia 13 de março de 2011 foi aprovado pelo Centro Paula Souza (o qual a escola está vinculada) um projeto de Manejo de Pastagem Rotacionado e Produção de Leite que otimizará a liberação do docente para maior dedicação de tempo ao projeto em questão.

O projeto apresentado pela Prefeitura de Andradina em 2009, “Fortalecimento da cadeia do leite da agricultura familiar” não foi iniciado por falta de documentos, e com isso a Caixa Econômica Federal não autorizou a liberação dos recursos para execução do projeto.

A Prefeitura Municipal de Nova Independência, em 2007, submeteu ao Território um projeto denominado “Apoio à cadeia produtiva do leite” foi concluído. Em 2011 solicitou a aprovação do projeto “Aquisição de um veículo utilitário para apoio à comercialização”, elaborado de acordo com a necessidade da agricultura familiar e para atender vários municípios, tendo sido aprovado. Neste caso está faltando realizar o empenho do veículo perante a Caixa Econômica Federal para concretizar a compra do mesmo. A Prefeitura Municipal de Nova Independência acredita que o processo de seleção e aprovação dos projetos é adequado, pois considera que estes devem abranger maior número de municípios e com isso beneficiar maior número de produtores familiares; por outro lado, sugere maior divulgação das ações e a apresentação prévia do cronograma para elaboração dos projetos.

O município de Murutinga do Sul propôs um projeto, em 2009, no valor de 125.000,00, visando o fortalecimento da cadeia do leite. O projeto não foi iniciado por falta de entrega de documentos pela Prefeitura Municipal que se recusou a pagar o valor da contrapartida de R\$ 2.551,02. Foi realizada uma reunião na Prefeitura com a participação de técnicos do MDA/SDT para ressaltar a importância do Projeto, mas nada foi resolvido.

A Prefeitura de Guaraçai apresentou apenas um projeto, em 2004, para abertura de estradas com passagem para animais, sendo que este projeto foi concluído.

A Prefeitura de Pereira Barreto apresentou dois projetos, um em 2007, “Apoio à cadeia produtiva do leite” no valor total de R\$ 53.979,86 e que teve como contrapartida da prefeitura R\$13.979,86. Este Projeto foi concluído em 2009. O outro projeto, apresentado em 2010, denominado “Aquisição de caminhão para apoio a comercialização”, no valor de R\$110.000,00, teve como contrapartida da Prefeitura apenas R\$5.000,00. Este último consta

como não iniciado, mas segundo a Prefeitura o processo de licitação para a compra do caminhão já está em andamento.

O Engenheiro agrônomo da CATI (Casa da Agricultura) de Pereira Barreto considera o apoio governamental extremamente importante na viabilização dos projetos, sem o qual, tais bens não existiriam, pois as associações de produtores não teriam condições de adquiri-los. Esclarece que os projetos atenderam solicitações das associações de produtores rurais do município de Pereira Barreto. Para o Projeto de leite a solicitação foi feita pelas associações de produtores rurais do PA Hortifrutigranjeiro (10 famílias), implantado pela Cesp, e do PA Olga Benário (40 famílias), do Incra. O caminhão irá atender os assentamentos: PA Olga Benário, PA Frei Pedro, PA El Dourado dos Carajás, PA Fazenda Esmeralda, PA Terra é Vida, PA Nossa Senhora de Fátima, PA Complexo Hortifrutigranjeiro e PA Assentamento do Canal. O entrevistado considera como melhorias para os beneficiários “o ganho financeiro, a diminuição dos custos e a viabilização da comercialização dos produtos” (ENG. AGRÔNOMO DA CATI, PEREIRA BARRETO). A Prefeitura, por meio da Casa da Agricultura, tem participado das reuniões e plenárias do Colegiado do Território de Andradina e avalia como ótimo o funcionamento do Colegiado Territorial. Para encerrar o entrevistado deixou registrado como dificuldades:

[...] a falta de recursos para a região via território e condições para que o mesmo [o Colegiado] faça seu trabalho de maneira mais eficiente, por exemplo, se não acontece a participação dos envolvidos, o Território tem que descobrir meios para tal e para isso acontecer o (os) articulador (es) são os responsáveis e assim o governo deve dar condições de trabalho, continuidade, tempo de serviço, talvez funcionário de carreira efetivo do Ministério (informação verbal)¹⁴.

Deve-se registrar que desde o final de 2011 e até meados de fevereiro de 2012 o pagamento de recursos humanos, assim como materiais e serviços, ficaram suspensos até a conclusão da prestação de contas da Plural Cooperativa, que é a instituição gestora das atividades no Território Andradina, por meio de contrato de prestação de serviços para o MDA/SDT. O Assessor Técnico do Território (denominado anteriormente de Articulador) continuou a desenvolver as atividades mesmo sem recursos, por considerar importante não interromper um processo que envolve organização de produtores e outros atores. Foram

¹⁴ Informação apresentada pelo Eng. Agrônomo da CATI de Pereira Barreto em entrevista realizada em 2012 para o autor desta pesquisa.

realizadas reuniões com os integrantes do Núcleo Dirigente e Técnico do Colegiado para preparação da Conferência Territorial de ATER realizada no final de fevereiro de 2012.

Embora não conste na planilha de projetos da SDT/SGE (Tabela 6), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Fundação Itesp, apresentou 3 projetos. A Analista de Desenvolvimento Social Agrário da Regional Andradina, desta Fundação, elaborou os projetos ficando, portanto, o Itesp como proponente. Em 2009, a proposta, no valor de R\$ 120.000,00, destinou-se à aquisição de 33 *kits* de irrigação, visando atender os 33 grupos de mulheres existentes no âmbito da área de atuação da Fundação Itesp no Território de Andradina, no tocante à produção de hortaliças e frutas com base na agroecologia. Este Projeto teve como referencia o Projeto PAIS “Produção Agroecológica Integrada e Sustentável”, da Fundação Itesp. Em 2010, foi apresentado outro Projeto, no mesmo valor (R\$ 120.000,00), para aquisição de 43 barracas e balanças eletrônicas para a comercialização dos produtos produzidos pelos grupos de mulheres.

Em entrevista realizada com a Analista da Fundação Itesp pode-se apreender que um dos projetos apresentados é uma demanda surgida a partir da realização dos Encontros Regionais das Mulheres Assentadas. Os grupos de mulheres existem há algum tempo e vêm promovendo anualmente estes Encontros Regionais para reivindicarem políticas públicas que atendam suas reais necessidades, no que se refere ao aumento da renda e à melhoria na qualidade de vida. Frente a essas reivindicações, a equipe técnica da Fundação Itesp propôs para discussão o Projeto PAIS junto aos grupos de mulheres, que o aprovaram e levaram-no para apreciação e aprovação do Colegiado Territorial. O outro Projeto das barracas pode ser entendido como uma complementação do projeto PAIS, pois foi concebido na lógica da comercialização dos produtos, sendo que a discussão ocorreu de forma semelhante ao Projeto anterior.

A entidade executora e beneficiária destes projetos são grupos informais de Mulheres Assentadas, existentes nos 11(onze) assentamentos atendidos pela Fundação Itesp, nos quais os grupos de mulheres estão vinculados à Organização de Mulheres Assentadas da Região Noroeste do Estado de São Paulo. Diretamente foram beneficiadas 99 famílias assentadas em 6 (seis) municípios, dos 11 que integram o Território Andradina, a saber: Castilho (36 famílias), Andradina (30 famílias), Murutinga do Sul (15 famílias), Guaraçaí (9 famílias), Pereira Barreto (6 famílias) e Mirandópolis (3 famílias).

Em 2009, segundo a entrevistada, foram realizadas 4 capacitações para os grupos de mulheres sobre os seguintes conteúdos: “Princípios da Agroecologia”; “Solo e Compostagem”; “Associativismo/Cooperativismo” e por último ocorreu a implantação prática

do sistema de irrigação em forma de mutirão, realizado por meio de uma dinâmica específica de modo que todos pudessem participar e assim cada grupo poderá implantar o seu sistema de irrigação no respectivo assentamento.

A Analista da Fundação Itesp ainda não pode fazer uma avaliação segura, mas percebe que esses Projetos deram uma esperança a mais para os grupos de mulheres no que diz respeito à produção e à comercialização dos produtos, como se depreende do seu depoimento, ainda que revele certa preocupação com a gestão coletiva dos empreendimentos a ser realizado pelos grupos de mulheres. Dos dois projetos que foram aprovados somente um foi implantado até o momento e ainda não foi possível efetuar uma análise das melhorias que o projeto trouxe para os beneficiários, uma vez que o mesmo foi implantado em novembro de 2011. O projeto relativo à aquisição das barracas e dos *kits* de irrigação, apresentado e aprovado em 2010, encontra-se em fase de licitação. Representantes do Itesp, que têm participado das reuniões e plenárias do Colegiado de Desenvolvimento do Território Andradina, avaliam que falta uma participação mais efetiva e expressiva das entidades (públicas e da sociedade civil) e com relação à seleção e aprovação dos projetos Proinf dos Territórios Rurais às vezes sentem certo bairrismo (aparentemente se referem aos casos de associações que apresentam propostas muito específicas para beneficiar seu pequeno grupo de produtores associados), por falta de conhecimento sobre os princípios do Programa Desenvolvimento Territorial. A Analista declarou que “o individualismo está na centralidade das ações dos *homens* e mulheres, é um desafio grande promover ações coletivas de Desenvolvimento do Território, é uma ação que temos que pensar e agir coletivamente para o bem de todos” (ANALISTA DA FUNDAÇÃO ITESP, ANDRADINA).

Após entrevista feita com a Analista da Fundação Itesp, foi realizada também uma entrevista com a produtora N. N. S. S. assentada no Assentamento Timboré, mora há 22 anos na propriedade de 14,5 hectares. É produtora de leite e conta com 11 matrizes produzindo uma média de 70 litros por dia, além meio hectare de feijão. Ela foi beneficiada pelo projeto “Aquisição de 33 *kits* de irrigação, visando atender os 33 grupos de mulheres existentes no âmbito da área de atuação da Fundação Itesp no Território de Andradina, no tocante à produção de hortaliças e frutas com base na agroecologia”. Relatou que está vinculada a Coapar e com isso se beneficia de reuniões para obter informações sobre os programas. Ela não participou das reuniões sobre a aquisição do projeto, mas ficou sabendo através do Itesp, soube também informar que a origem do recurso foi do “MDA e do Itesp”. Quanto à utilização do bem do projeto ela ainda não instalou em sua propriedade porque o grupo de

mulheres está envolvido em outro projeto, mas que pretende fazer a horta e instalar o equipamento de irrigação.

Quanto aos benefícios uma produtora comentou que:

Depois de instalado o kit de irrigação e fazer a horta, acredito ter uma melhora bem grande, pois poderei produzir o ano todo, pois será irrigado, e não precisarei mais utilizar o regador. Também poderei produzir sem a utilização de agrotóxicos e com isso ganhar mais dinheiro na venda (informação verbal)¹⁵.

Leal (2011) analisando os projetos Proinf do Território Vale do Ribeira (no Paraná) verificou que os mesmos não têm levado a um desenvolvimento do Território. Avaliou também que o envolvimento da comunidade na formulação dos projetos territoriais ainda é pequeno, os projetos tendem a atender as necessidades locais.

Por meio de entrevistas não dirigidas e relatos observados no trabalho de campo, foi possível constatar que nem sempre quando um projeto é aprovado ele realmente irá atender aos objetivos propostos, destaca-se o caso de tanques de resfriamento de leite, que teve um maior número projetos aprovados nos municípios pertencentes, mas nem todos funcionam corretamente. Em visitas e conversas com os assentados do Assentamento Estrela da Ilha e Santa Maria da Lagoa muitos não estão satisfeitos com o projeto proposto pela Prefeitura de Ilha Solteira, pois desde 2005 até hoje apenas um tanque dos cinco adquiridos está funcionando.

Há assentados que citam outros municípios como exemplo de funcionamento de projetos, como o caso de Castilho, em relação aos tanques de resfriamentos de leite e Mirandópolis com “aquisição de equipamento de beneficiamento de frutas” e “aquisição dos tanques de expansão”.

Membros de associações, sindicatos e cooperativas já manifestaram em reuniões que para a elaboração de novas propostas é preciso maior reflexão sobre os objetivos do Programa. No Território Andradina não possui apenas assentados produtores de leite existe também outras atividades, como hortaliças, fruticultura, mandioca, feijão, milho entre outras.

No Território Andradina (SP) não é diferente, as análises dos projetos Proinf mostram que a maioria acaba beneficiando grupos sociais de um assentamento ou no máximo de um mesmo município. Este fato é evidente no caso de aquisições de tanques de resfriamento de leite (presente em 11 projetos, na maioria dos casos é a única finalidade do projeto) que é um

¹⁵ Informação apresentada pela N.N.S.S. em entrevista realizada em 2012 para o autor desta pesquisa.

tipo de equipamento que beneficia algumas dezenas de produtores de um ou no máximo dois assentamentos de um mesmo município. Um dos projetos de Mirandópolis, que adquiriu máquinas e equipamentos para beneficiamento de frutas, em 2007, tem beneficiado produtores de vários municípios as aquisições de caminhões para transporte da produção agrícola e os projetos da Fundação Itesp, que são mais recentes (2010 e 2011), poderão ter um alcance maior, envolvendo vários municípios, cumprindo o que estabelece a SDT/MDA de que a elaboração dos projetos deve ser negociada “entre os diferentes atores, visando a coletividade com abrangência de mais de um município”.

6.3 Os projetos Proinf na visão das Articuladoras Estadual e do Território Andradina

Um dos aspectos interessantes e inovadores do PRONAT é a presença de uma Assessora Técnica específica para cada um dos Territórios que tem a função de contribuir na organização dos atores do Território e motiva-los a participar do colegiado, acompanhar a formulação dos projetos Proinf e a implantação dos mesmos, dentre outras atividades.

Já a Articuladora Estadual coordena as ações gerais do Programa no Estado e da suporte os assessores técnicos de cada Território.

A articuladora Estadual da SDT/MDA, Doraci Cabanilha de Souza, teve um papel fundamental na condução dos trabalhos no Território. Muito embora a partir deste ano (2012) tenha assumido o cargo de Articuladora Regional SDT/MDA para o Sudeste do Brasil, participou ativamente de todo processo desde o seu início em 2004 até 2011.

Como ponto forte do Território Andradina a Articuladora Estadual ressaltou a organização da sociedade civil no meio rural, sejam movimentos de luta pela terra, sejam movimentos ligados à agricultura familiar (sindicatos), estimulados pela demanda por distribuição de terras na região e grande concentração de imóveis improdutivos. Por outro lado, avalia que há uma dificuldade da sociedade civil em compreender a abordagem territorial como uma forma mais ampla de conceber o desenvolvimento. Os movimentos, como são muito ligados à demanda pela terra, têm dificuldade de enxergar que há múltiplas dimensões para alcançar o desenvolvimento e que somente pela distribuição de terra não se faz desenvolvimento. Avalia ainda que há dificuldade muito grande do poder público local (prefeituras) em participar de espaços democráticos para construção de projetos de desenvolvimento.

Em relação ao Colegiado Territorial Andradina entende que este deve ter como prioridades o seu fortalecimento, ampliando o número de instituições presentes, buscar melhor relacionamento com o poder público local (prefeituras, consórcios municipais), participar da rede estadual de colegiados territoriais, construir parceiras comprometidas com universidades locais/regionais para o apoio às ações territoriais, estruturar-se e capacitar-se para a implementação e gestão do PTDRS e das possibilidades de novos projetos.

A Articuladora Estadual considera que todos os projetos aprovados trouxeram benefícios diretos aos agricultores familiares e assentados, haja vista que foram financiados obedecendo as demandas identificadas nos estudos propositivos e no PTDRS, premissa fundamental que aproxima a oferta de recursos com a demanda real. A forma de implementação do Proinf, que exige a participação dos beneficiários desde a concepção até o monitoramento da implementação e também do Colegiado Territorial, produz, na sua avaliação, um ganho excepcional no sentido de exercício do controle social e de uma nova concepção de formulação e implementação de política pública com participação social.

Como metas futuras da Secretaria de Desenvolvimento Rural/MDA para os territórios rurais, como o de Andradina, considera que a perspectiva é de continuidade das ações de apoio aos territórios previstas no PRONAT.

A ex-articuladora do Território Andradina, Ana Claudia Simões Pilla, participou e orientou a elaboração dos projetos, desde o início de sua criação do Território até setembro de 2010, considera como muito bons os projetos apresentados, tanto pelo fato de contar com o aval da comunidade quanto pela elaboração técnica, pois, antes de serem indicados pela Plenária do Território, todos os projetos passavam pela análise do Núcleo Técnico. Na sua avaliação, por outro lado, poucos projetos conseguiram o que era proposto pela política de desenvolvimento territorial, ou seja, alcançar abrangência territorial, pois a maioria deles limitou-se a beneficiar um determinado grupo organizado ou ainda uma determinada comunidade rural.

Como pontos fortes do Território Andradina a ex articuladora considera o capital social existente, as instituições de pesquisa, de ensino, de formação profissional, de ATER, vários grupos organizados; a existência de grande número de agricultores familiares; o aumento do acesso às políticas públicas e programas governamentais pela população, entre outros. Como ponto fraco avaliou a permanência do “coronelismo histórico”; as disputas partidárias destrutivas; o êxodo rural; a implantação de muitas usinas de açúcar e álcool e a destruição que a monocultura provoca.

A ex-articuladora considera como prioridades para o futuro do Território Andradina articular outros setores e segmentos da sociedade a participarem do Codeter; campanhas de conscientização para o voto consciente e incentivar a participação dos jovens no processo de elaboração dos projetos territoriais. Muito embora a presença de jovens nas reuniões do Colegiado não seja significativa, percebe-se uma participação ativa dos mesmos. Motivar para que mais jovens participem das reuniões é um grande desafio, mas na sua avaliação com certeza fortaleceria o Colegiado Codeter – Território Andradina.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de uma política pública de recorte territorial no Brasil, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (SDT/MDA), é um marco importante, pois passou a estimular a participação e as interações entre instituições públicas e sociedade civil em áreas prioritárias denominadas “territórios rurais”, nas quais é predominante a presença de agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária.

No Brasil foram institucionalizados 164 territórios, dos quais cinco estão localizados no Estado de São Paulo. Iniciativas locais e regionais negociadas entre atores, ligados especialmente à agricultura familiar e à extensão rural, têm possibilitado que esses segmentos sociais disponham de recursos financeiros para investir na melhoria da infraestrutura e potencialmente em alguns tipos de serviços, visando contribuir para o desenvolvimento local e territorial.

O Território Andradina, legalmente constituído em 2004, é um dos cinco Territórios reconhecidos no estado de São Paulo. Apresenta uma estrutura agrária polarizada entre grandes propriedades, ocupadas especialmente com a cultura da cana e/ou pecuária de corte, e por pequenas propriedades rurais, concentradas principalmente em 34 assentamentos rurais, distribuídos pelos 11 municípios que fazem parte do Território.

Dirigido inicialmente por uma Comissão de Instalação de Ações Territoriais – Ciat e que depois foi transformada em um Colegiado de Desenvolvimento Territorial - Codeter, é composto pela participação de representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil. As ações empreendidas no período foram desde a elaboração do PTDRS, a articulação e apoio à elaboração e implantação dos projetos apoiados pelo Proinf, até o acompanhamento e a avaliação do pretendido processo de desenvolvimento territorial.

Os recursos financeiros provenientes do Proinf, entre 2004 e 2011, totalizaram quase 2 milhões de reais e foram aplicados em 19 projetos para investimentos no Território Andradina. De modo geral as propostas apresentadas são relevantes para os grupos sociais aos

quais são destinadas (agricultores familiares) e contaram com o aval das instituições que compõem o Colegiado em plenárias realizadas no Território. Por outro lado poucos projetos conseguiram alcançar abrangência territorial mais ampla, tanto em termos de municípios atendidos, como dos setores sociais para os quais se dirigiam, tendo a maioria se limitado a beneficiar um determinado grupo organizado, como os produtores de uma associação/sindicato ou cooperativa de um assentamento ou município. A grande maioria dos projetos está relacionada a aquisições de tanques de expansão para resfriamento do leite e fortalecimento da cadeia do leite, ou seja, apresentam uma abrangência mais setorial, ligada à agricultura e/ou a uma cadeia agroindustrial. Este viés deve-se, em grande parte, à visão das organizações de produtores de que os recursos Proinf seriam um crédito para fortalecer a ação da associação/cooperativa e não um instrumento para o desenvolvimento territorial, pois no período analisado foram poucos os projetos submetidos a Ciat que tinham uma perspectiva mais abrangente.

Verifica-se que a participação das Prefeituras ainda não é tão efetiva, faltando comprometimento com as propostas do Colegiado Territorial, como ocorreu em um projeto que não foi implantado porque a prefeitura negou-se a dar uma contrapartida mínima. Principalmente no caso de recursos para investimentos, como ocorreu em 2011, a participação das prefeituras é fundamental, mas várias não estão assumindo seu papel, seja por falta de conhecimento e/ou informação, seja ainda por não terem compreendido que o Pronat pode ser um instrumento importante também o desenvolvimento do município. Por outro lado, observa-se o esforço de técnicos e algumas lideranças locais para incentivar e motivar a participação de diferentes segmentos da comunidade nas reuniões do Colegiado.

Embora, ao longo do tempo, as demandas do Território Andradina tenham ganhado maior amplitude, é necessário evoluir mais e estruturar ações mais articuladas para que os projetos apresentados tenham maior abrangência territorial e institucional e, desta forma, possam contribuir para atender aos anseios dos agricultores familiares e promover o desenvolvimento territorial. Não há nenhum projeto conjunto entre universidade ou escola técnica, mediadas pelas instituições de extensão rural, e dirigido às organizações ligadas aos produtores; também não foram formulados projetos abrangentes em termos temáticos, envolvendo, por exemplo, a questão da saúde, do lazer e do turismo rural, que poderiam proporcionar uma articulação entre cidade e campo, a despeito de terem sido organizadas Câmaras Temáticas ou Setoriais no âmbito do Codeter.

No período compreendido entre outubro de 2011 e fevereiro de 2012, os recursos financeiros do Programa para custear a assessoria técnica e a participação das entidades nas

atividades do Território, como as reuniões das câmaras temáticas, foram bloqueados devido a problemas no processo de prestação de contas pela instituição gestora das atividades (Plural Cooperativa). Este tipo de interrupção do trabalho, em uma fase de estruturação das atividades, não deveria ocorrer, pois pode comprometer o acompanhamento dos projetos implantados e resultar em prejuízos financeiros e danos à imagem do Programa, comprometendo o desejado processo de desenvolvimento rural sustentável do Território.

Outra questão que merece reflexão é o fato de que a ênfase dos projetos tem sido a aquisição de determinados equipamentos, mas praticamente não apareceram propostas com o objetivo principal de trabalhar a formação técnica e organizacional dos atores do Território.

A avaliação, predominantemente positiva, dos atores do Território Andradina mostra a relevância do Programa e a necessidade de mantê-lo e ampliá-lo. No entanto, a análise do conjunto das ações realizadas no Território Andradina leva-nos a considerar que estas, embora importantes para segmentos específicos que foram diretamente beneficiados (basicamente agricultores familiares assentados), não foram suficientes e abrangentes para alavancar o desenvolvimento territorial. Este mesmo resultado foi obtido por Leal (2011), analisando o Território Vale do Ribeira (PR). As ações do PTDRS implantadas ficaram concentradas em um dos eixos estratégicos, de caráter setorial, e funcionaram como uma linha de apoio à agricultura familiar, um pouco mais ampla que o Pronaf e outros programas estaduais. Em parte, isso ocorreu também porque os recursos disponibilizados não eram suficientes para realizar ações realmente abrangentes e de vulto no Território, capazes de contrapor outras políticas públicas e tendências de mercado hegemônicas, como a forte ampliação da área cultivada com a cana de açúcar na região oeste do Estado de São Paulo.

Os projetos apoiados pelo Proinf, por meio do Território Andradina, estão configurados como uma política pública coadjuvante, como também havia concluído Hespanhol (2008), se considerarmos o volume de recursos financeiros e humanos disponibilizados pelo MDA/SDT, especialmente nos chamados territórios de identidade, como é o caso do Território Andradina.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **A abordagem territorial e as políticas de desenvolvimento rural**. Brasília: MDA, 2005. (Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Sustentável).

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 83-100

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso a ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-27-da-ideologia-do-progresso-a-ideia-de-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BRANCHER, P. C. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do território Andradina**: subsídio para discussão. Brasília: MDA/SDT, 2006. 42 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - MDA/IICA. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, 2003. 36 p. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/publicação_nead/publicação/arquivo>. Acesso em: 09 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - MDA/SDT. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - MDA/SDT. **Território rurais**: conceito e abordagem. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais>>. Acesso em: 19 set. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - MDA/SDT. **Manual Proinf. PROINF**: Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/proinf>>. Acesso em: 06 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Sistema de Informações Territoriais – SDT/SIT. **Territórios rurais**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Sistema de Informações Territoriais – SDT/SIT. **Imagens/mapas**. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/tr_012_andradina_sp_abr_2009.jpg>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Sistema de Informações Territoriais – SDT/SIT. **Estudo propositivo para dinamização econômica do território rural de Andradina**. Brasília, 2009b. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ep/ep_territorio012.pdf_2009>. Acesso em: 15 dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Sistema de Gestão Estratégica – SGT/SGE. **Gestão de projetos**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/projeto/projeto_re/index.php>. Acesso em: 15 ago. 2011.

CAZELLA, A. A. et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 301 p. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/53/Agricultura_familiar_multifuncionalidade_e_desenvolvimento_territorial_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

FAVARETO, A. **Relatório de Atividades da I Jornada de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Andradina**. Novembro de 2010. Brasília: MDA/SDT, 2010.

FAVARETO, A. **Relatório de Atividades da II Jornada de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Andradina**. Maio de 2011. Brasília: MDA/SDT, 2011a.

FAVARETO, A. **Relatório de atividades da jornada de planejamento, avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas no Território Andradina**. Julho de 2011. Brasília: MDA/SDT, 2011b.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da Região de Andradina – SP**. 1996. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

HESPANHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: [s.n.], 2008. p. 370-392. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nivaldo/Pos-Graduacao/FCT-MESTRADO-DOUTORADO/TEXTO-DESENVOLVIMENTOTERRITORIAL-ENGRUP.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 271-287.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – 2010. **Censo demográfico de população**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA – IEA. **Valor da produção dos principais produtos na agropecuária do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://ciagri.iea.sp.gov.br/bancoiea/vp.aspx?cod_sis=15>. Acesso em: 06 jan. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Superintendência Regional de São Paulo. Retratos do campo. **Revista Comercialização**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 35, 2010.

LEAL, P. C. F. **O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) no Vale do Ribeira (PR)**. 2010. 128. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PANZUTTI, N. P. M. Desenvolvimento, multifuncionalidade e território. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 5-16, 2011

RICHARDSON, R. J. et al. Entrevista. In: _____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. Cap. 13, p. 207-219.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. MARQUES, P. E. M (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SENRA, K. V. **Desenvolvimento e território: pesquisa exploratória sobre políticas e instituições para Desenvolvimento Econômico Territorial – DET: o caso do Brasil**. Santiago: CEPAL-ILPES/ GTZ, 2007. (Versão Preliminar, julho).

TSUNECHIRO, A. et al. Valor da produção agropecuária e florestal do estado de São Paulo em 2011: estimativa preliminar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 40, n. 5, p. 59-70, 2011.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.

ILUSTRAÇÃO DA PESQUISA

Figura 5. Tanque de resfriamento do leite do Município de Mirandópolis.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 6. Tanque de resfriamento com leite do Município de Mirandópolis.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 7. Produtor fazendo o teste de acidez do seu leite antes de colocar nos tanques de resfriamento do Município de Mirandópolis.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 8. Máquina de Beneficiamento do Município de Mirandópolis.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 9. Limões antes do processo de beneficiamento.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 10. Limões após o processo de beneficiamento.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 11. Goiabas Beneficiadas.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 12. Goiabas para indústria.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2012).

Figura 13. Reunião no Assentamento Santa Maria da Lagoa para vistoria dos tanques pelos técnicos do MDA/SDT, Município de Ilha Solteira.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2011).

Figura 14. Tanques de resfriamento no Assentamento Santa Maria da Lagoa, Município de Ilha Solteira.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2011).

Figura 15. Acompanhamento dos projetos da Etec, Município de Andradina.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2011).

Figura 16. Reunião na COAPAR em Andradina para acompanhar o projeto do Município de Ilha Solteira elaborado por ela.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2011).

Figura 17. Acompanhamento do projeto da prefeitura de Murutinga do Sul.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2011).

Figura 18. Reunião com o pessoal do Assentamento Orlando Molina em Murutinga do Sul.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2011).

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA
Pesquisa: "Território de Andradina: avaliação dos projetos aprovados pelo PROINF"

Para as Instituições **proponentes** dos projetos

Data da entrevista: ____/____/____

1 Identificação

1.1 Nome da instituição proponente do projeto:

1.2 Título(s) e valor(es) do(s) projeto(s) apresentado(s):

1.3 Nome do entrevistado:

1.4 Formação e função que exerce: 1.5 Desde quando é responsável por essa função:

2 Como foram escolhidos os projetos Proinf submetidos à aprovação do Colegiado do Território de Andradina?

3 Quem elaborou os projetos para o Proinf?

4 Qual(is) é(são) a(s) Entidade(s) Executora(s)/ Beneficiária(s) de cada projeto?

5 Quantas famílias/assentamentos e de quais municípios são beneficiários de cada projeto?

6 Qual a situação atual de cada um dos projetos apresentados?

O que foi feito?

O que falta fazer?

Como está a gestão dos bens?

Avaliação geral sobre o(s) projeto(s) e sobre os resultados obtidos

7 Dentre os projetos aprovados e executados quais foram as melhorias para os beneficiários?

8 A sua Instituição tem participado das reuniões e plenárias do Colegiado do Território de Andradina?

() Sim. Qual sua avaliação sobre o funcionamento do Colegiado:

() Não. Por que não tem participado?

9 Qual a sua avaliação sobre o processo de seleção e aprovação dos projetos Proinf dos Territórios Rurais?

10 Observações ou comentários que deseja registrar:

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA
Pesquisa: "Território de Andradina: avaliação dos projetos aprovados pelo PROINF"

Para as Instituições **executoras/beneficiárias** dos projetos

Data da entrevista: ____/____/____

1 Identificação

1.1 Nome da instituição executora do projeto: _____

1.2 Ano de fundação: _____ 1.3 Número de componentes: _____

1.4 Título(s) e valor(es) do(s) projeto(s) apresentado(s): _____

1.5 Nome do entrevistado: _____

1.6 Formação e função que exerce: _____

1.7 Desde quando é responsável por essa função: _____

2 Como foram escolhidos os projetos Proinf submetidos à aprovação do Colegiado do Território de Andradina? _____

3 Quem elaborou os projetos para o Proinf? _____

4 Qual foi o papel desempenhado pela Instituição Proponente de cada projeto?

5 Quantas famílias/assentamentos e de quais municípios são beneficiários de cada projeto?

6 Qual a situação atual de cada um dos projetos apresentados?

- o que foi feito? _____

- o que falta fazer? _____

- como é realizada/organizada a utilização do bem(bens)? _____

- quais os principais os resultados obtidos _____

- quais as dificuldades encontradas: _____

7 Dentre os projetos aprovados e executados quais foram as melhorias para os beneficiários?

8 Qual sua avaliação sobre o funcionamento do Colegiado: _____

9 Qual a sua avaliação sobre o processo de seleção e aprovação dos projetos Proinf dos Territórios Rurais? _____

10 Observações ou comentários que deseja registrar: _____

APÊNDICE C

UNESP - DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

"Território de Andradina: avaliação dos projetos aprovados pelo PROINF"

Para a ex-articuladora do Território de Andradina

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

1. Identificação

1.1. Nome do entrevistado:

1.2. Formação acadêmica: 1.3. Período que exerceu a função de Articuladora do Território:

1.4. Função atual:

2. Como você tomou conhecimento do Território de Andradina e porque se candidatou à função de Articuladora?

3. Como foi o processo de seleção e, na sua opinião, o que foi determinante para ser indicada como a primeira Articuladora do Território Andradina?

4. Quais as principais atividades que desenvolveu neste período?

5. Quais os projetos Proinf indicados e aprovados no período que você era Articuladora do Território Andradina?

6. Como você avalia a qualidade e a abrangência dos projetos Proinf aprovados, executados ou que estavam em execução durante o período que exerceu a função de Articuladora?

7. Como você avalia a participação, o funcionamento e as decisões tomadas pelo Colegiado do Território Andradina (ex-Ciat)?

8. Quais seriam os pontos fortes do Território de Andradina?

9. Quais seriam os pontos fracos ou dificuldades existentes no Território de Andradina?

10. Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades futuras do Território Andradina?

APÊNDICE D

UNESP - DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

"Território de Andradina: avaliação dos projetos aprovados pelo PROINF"

Para a Ex Articuladora Estadual

Data da entrevista: ____/____/____

1. Identificação

1.1. Nome do entrevistado:

1.2. Formação acadêmica:

1.3 Função que exerce(u) junto ao Território de Andradina:

1.4. Função atual:

2. Como e quando foi criado o Território de Andradina? Qual foi sua participação na implantação?

3. Quais os critérios utilizados para a escolha dos municípios pertencente ao Território Andradina?

4. Quais foram as principais atividades já desenvolvidas no Território de Andradina?

5. Quais seriam os pontos fortes do Território de Andradina?

6. Quais seriam os pontos fracos ou dificuldades existentes no Território de Andradina?

7. Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades futuras do Território Andradina?

8. Como e quando foi criado o Proinf? Poderia comentar as diferenças entre o Pronaf-Infraestrutura e o Proinf?

9. Quando e como foi iniciado o Proinf no Território Andradina?

10. Quantos projetos foram encaminhados e quantos foram aprovados até 2011 no Território de Andradina?

11. Os projetos aprovados trouxeram benefícios ao território? E aos assentados, especificamente?

12. Quais as metas futuras da Secretaria de Desenvolvimento Rural/MDA para os territórios rurais, como o de Andradina?